

SESSÕES DO PLENÁRIO

37ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de maio de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se, o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica e Zé Neto. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há sobre a mesa um requerimento:

(Lê) “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, Art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar a seguinte matéria: Requerimento de Urgência nº 8.162/2014 para o Projeto de Lei nº 20.801/2014, de autoria do Poder Executivo.”

(O Sr. Presidente faz a leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Rogério Andrade, comunicando sua ausência nas sessões dos

dias 13 e 17/03/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar no Oeste do Estado.

Do Deputado J. Carlos, comunicando que esteve ausente na sessão do dia 14/04/2014, devido a compromissos relacionados ao mandato parlamentar no Município de Ilhéus-Bahia.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Caro presidente, pelo total esvaziamento da sessão, solicito uma verificação de quórum para continuidade dela.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Quebraram o acordo? Já no Pequeno Expediente pode derrubar a sessão?

Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Nesta Legislatura, pelo menos e no mínimo no Pequeno Expediente os deputados poderiam se pronunciar. Mas, levando em consideração o pedido do deputado Gaban, eu solicito a V.Ex^a que dê o tempo regulamentar e convoque ou convide os parlamentares. Vamos solicitar que todos os que estão nesta Casa compareçam a este Plenário. Então, os que ainda estão preparando-se para vir pra cá apressem os passos, porque há um pedido de verificação de quórum no primeiro momento da abertura do Pequeno Expediente.

Portanto, estamos convocando todos os deputados, principalmente os da Bancada do governo, que estão nos seus gabinetes, no cafezinho ou na biblioteca a comparecer a este Plenário e dar suas presenças para que possamos abrir mais uma sessão nesta Assembleia debatendo todas as grandes questões, sobretudo as que estão candentes no centro da conjuntura do nosso Estado, e também discutindo as realizações do governo Jaques Wagner.

Então, Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a que zere o painel, dê o tempo regulamentar e convoque todos os deputados para vir a este Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Zerem o painel, por favor, e marquem 15 minutos.

Srs. Deputados, quebrando uma regra da Casa, o deputado Gaban no Pequeno Expediente solicita uma verificação de quórum de continuidade da presente sessão.

Srs. Deputados, hoje teremos projetos importantes a serem votados, como o do Judiciário, o do Ministério Público e o do BIRD. Então, solicito a V.Ex^{as} que estão no cafezinho, nos seus gabinetes...

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Como o deputado Gaban não deu presença, então cai a questão de ordem.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

O Sr. Gaban:- Não existe.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Existe, deputado Gaban. V.Ex^a não está presente...

O Sr. Gaban- V.Ex^a não tem autoridade para criar regras...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a não está presente...

O Sr. Gaban:- Eu tenho 15 minutos para dar a presença.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a não está presente...

O Sr. Gaban:- Não estou presente onde?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Aqui no painel...

O Sr. Gaban:- Qual painel?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- No painel...

O Sr. Gaban:- A presença na sessão, eu tenho. Tenho 15 minutos para registrar a minha presença. Não venha querer criar regra, porque V.Ex^a não tem autoridade para isso. Eu estou aqui, pedi e tenho 15 minutos. Não venha com...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Gaban, eu não admito V.Ex^a me tratar desta forma!

O Sr. Gaban:- Quem não admite sou eu!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Eu não admito! Seja grosseiro... Comigo não, deputado Gaban! Não grite comigo! Não aceito que homem nenhum nesta Casa grite comigo! Ainda mais me tratar... porque sempre respeitei V.Ex^a! Não aceito isso de homem nenhum nesta Casa! Eu trato todos bem, mas nem de V.Ex^a nem de ninguém eu aceito gritinho aqui, deputado Gaban!

Sempre o tratei com respeito. Agora, não aceito de homem nenhum aqui o desrespeito! Nenhum! É por isso que trato todos aqui com calma, porque comigo não tem negócio de esculhambar e no outro dia estar de beijinho, como o senhor costuma fazer nesta Casa! Trato todos bem, nunca tive problema aqui nestes anos todos! Comigo a briga é uma vez só! Não tem negócio de briga e depois beijinho, não! Como vejo aqui o senhor esculhambar Paulo Câmara e depois estar de zum-zum-zum no ouvido...

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, demais deputados, inicialmente, deputado Gaban, independentemente de ter feito acordo ou não, pediria a V.Ex^a que retirasse essa questão de ordem para que comecemos a discussão das matérias.

Na realidade, estamos iniciando uma sessão e temos aqui a presença do Ministério Público. O pessoal do Tribunal de Justiça também está presente, solicitando da nossa parte a votação dos projetos do MP e do próprio TJ, inclusive porque esses dois são consensuais. Já há um acordo de Lideranças, segundo informações, para votá-los por consenso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Álvaro, o tempo está correndo. V.Ex^a vai concluir ou não?

O Sr. Álvaro Gomes:- Concluindo, Sr. Presidente.

Na verdade, há um consenso sobre estes dois projetos que dizem respeito ao reajuste. Isso pode ser comprometido se não forem aprovados hoje. Então, pediria a V.Ex^a que retirasse essa questão de ordem para que possamos aprová-los, ainda que haja um processo de obstrução na questão da urgência do projeto de empréstimo. Mas tudo bem que haja obstrução.

Porém, nessa questão do Ministério Público...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O deputado Gaban quer uma questão de ordem, deputado.

O Sr. Álvaro Gomes:- Para concluir, Sr. Presidente.

Portanto, pediria, deputado Gaban, que V.Ex^a ponderasse sobre isso, porque há um consenso entre a Situação e a Oposição para votar estes dois projetos até na questão da data da folha de pagamento. E V.Ex^a tem bom senso, sempre compreende essas questões. Na do empréstimo, tudo bem, porque pode ter divergência, obstrução. Nada contra. A Oposição está aí para fazer aquilo que acha melhor.

Então, pediria, se possível, que retirasse a sua questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Duas coisas que gostaria de ponderar, Sr. Presidente. Primeiro, não sabia que tinha sido uma brincadeira de V.Ex^a. Eu estava distraído, e o senhor falou que ia cair. Pensei que fosse sério e não sabia que era uma brincadeira, apenas. Então, desculpe-me. Só tomei essa atitude porque pensei que fosse séria a posição que tomou.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Sempre o tratei com respeito, deputado.

O Sr. Gaban:- Tranquilo, assunto morto para mim. Sempre tivemos consideração e apreço recíprocos. Pensei que fosse sério. Não sabia que era apenas uma brincadeira, porque estava distraído. Mas assunto morto e liquidado.

Agora, não estou entendendo, deputado Álvaro Gomes... Deputado Zé Neto? Eu não estou entendendo. Realmente concordo com V.Ex^a. Temos dois projetos que têm de ser votados agora, com este reajuste pífio de 2%, e não vamos prejudicar uma categoria. Mas não estou entendendo por que o presidente, na abertura dos trabalhos, calçou a sessão. Eu sei qual é a preocupação de V.Ex^a. Não há preocupação, o presidente calçou a sessão, já leu o requerimento. Não tinha ninguém aqui, só o presidente, eu e o deputado Marcelino Galo. Não tem sentido essa preocupação maior em votar os projetos que têm acordo. Vamos aprová-los por dispensa de formalidades, não há motivos para prejudicar os servidores do Ministério Público nem do Tribunal de Justiça.

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum. Faltam 8 minutos para esta sessão cair. Solicito que os Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, no restaurante desta Casa ou em outras

dependências, compareçam ao plenário.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, deputado Gaban, quero apenas dizer que não foi apenas uma, duas ou três vezes que, como Líder, cedi espaço para que o Pequeno Expediente ocorresse. O problema de não haver o Pequeno Expediente é que abrimos um precedente na Casa. Há uma sessão extraordinária convocada, vai entrar na pauta, mas é só a questão de mantermos esse horário. Quantas vezes V.Ex^a mesmo já me solicitou que mantivesse o Pequeno Expediente para que alguns deputados falassem. Entendo o valor que tem esse espaço para a Oposição, porque fui Oposição e sei. Sempre preservei muito isso.

O que estou pedindo a V.Ex^a é que retire o pedido de verificação de quórum, já que não temos número suficiente no momento. Porque temos o costume de chegar ao plenário lá pelas 15h30min, sabendo que é o momento em que a Oposição está aqui, junto com alguns de nós. Várias vezes V.Ex^{as} já me solicitaram mais 10 minutos. O que peço é o bom senso.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, na realidade, não tinha ninguém na sessão. Pedi mais com esse intuito de que os Srs. Deputados viessem. Mas vou acatar, realmente há um acordo para que não derrubemos o Pequeno Expediente, não vou quebrar esse acordo de lideranças. Não está no Regimento, mas é um acordo de lideranças e vamos respeitá-lo. A intenção era trazer os deputados para cá, mas retiro o pedido de verificação de quórum.

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Portanto, o deputado Gaban retirou o pedido de verificação de quórum.

O Sr. Marcelino Galo:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Pela ordem, deputado Gaban.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, já que chegamos a bom termo, gostaria, em comum acordo com o deputado Gaban, que fosse retirado das notas taquigráficas o termo “palhaçada” que foi utilizado aqui. Solicito que V.Ex^a autorize essa retirada.

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Solicito ao Departamento de Taquigrafia que retire o termo solicitado pelo deputado Marcelino Galo.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Caro deputado Adolfo Menezes que ora preside, o motivo da minha questão de ordem foi justamente o deputado Rosemberg Pinto acabar de adentrar ao plenário. No mês passado, ele fez uma questão de ordem justo no Pequeno Expediente e derrubou a sessão. Insisti com ele de que havia um acordo, ele disse que não tinha conhecimento do acordo e derrubou a sessão.

Então estou fazendo essa questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto, para que V.Ex^a tome conhecimento de que há o acordo, a praxe, nesta Casa, e foi cobrado agora do deputado Gaban o cumprimento desse acordo.

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Bom, acredito que há 18 Srs. Deputados aqui presentes. É bom que nas próximas sessões não teremos mais dúvidas.

O Sr. Rosemberg Pinto: - Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Só 1 minuto, para responder ao deputado Targino Machado.

Veja bem, sou um dos que concorda com esse acordo do Pequeno Expediente. O que aconteceu nesse dia, deputado Targino, é que estava presidindo a sessão e só tinham dois deputados, foi exatamente nesse sentido. Chegamos a conclusão do encerramento da sessão. E foi quando V.Ex^a entrou no Plenário, me parece que foi exatamente isso.

Da minha parte, não há nenhum problema. Fique tranquilo, sou um dos defensores de que se respeite o Pequeno Expediente, o período de 45 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, para iniciar o Pequeno Expediente, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, inicialmente, queria dizer que estamos passando um manifesto de apoio à desembargadora Luíza Lomba, que é desembargadora do TRT - Tribunal Regional do Trabalho, da Bahia, que está compondo uma lista tríplice para o Tribunal Superior do Trabalho – TST. Além das qualidades da desembargadora, que é uma desembargadora extremamente zelosa, extremamente competente, preparada, é a única concorrente da Bahia. São três concorrentes, os demais são de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Então, é importante que a Bahia tenha essa participação no Tribunal Superior do Trabalho, porque o Nordeste tem cerca de seis ministros apenas, a quase totalidade dos ministros está no Sul e no Sudeste. Então, é importante esse apoio para que a desembargadora Luíza Lomba possa assumir o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de ministra do TST.

Portanto, pediria o apoio dos deputados. O presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, já assinou, eu já assinei, o deputado Zé Neto, Líder do governo, também já assinou. Estamos começando aqui agora e pediríamos aos demais deputados que dessem esse apoio a essa desembargadora, será muito importante para o nosso Estado. Gostaria de fazer esse pedido aos deputados para que assinassem esse manifesto de apoio à desembargadora Luíza Lomba.

Gostaria também, Sr. Presidente, de informar que na próxima semana teremos aqui o Parlamento Jovem, que será uma sessão, um evento, onde, simbolicamente, os estudantes vão desenvolver e fazer o que nós, parlamentares, fazemos no dia a dia. Ou seja, vão discutir projetos, vão votar projetos, vão se reunir em comissões, vão eleger a Mesa Diretora do Parlamento Jovem. Temos 52 jovens que foram escolhidos deputados, a maior parte entre 16, 17 anos. Temos um cronograma que prevê na quarta-feira, dia 14, às 9 horas, a abertura com a presença do presidente da Assembleia, com o presidente da Comissão de Educação e demais parlamentares; às 11 horas da manhã será a eleição da Mesa Diretora do Parlamento Jovem, às 14 horas haverá uma exposição sobre a política pública de juventude pelo conselho e

coordenação de juventude do Estado; às 15 horas teremos uma oficina sobre o processo legislativo pela Escola do Legislativo. No outro dia, 15, na quinta-feira, às 9 horas, reuniões das comissões, às 14 horas sessão plenária do Parlamento Jovem e às 17 horas será o ato de encerramento.

Quero informar também que foram escolhidos 52 deputados, sendo 18 da capital e 34 do interior. E os temas são: 22 projetos versam sobre a educação, 6 sobre esporte, 4 sobre políticas para a juventude, 1 sobre agricultura, 4 sobre saúde, 2 sobre direitos humanos, 2 sobre desenvolvimento urbano, 4 sobre cultura, 1 sobre ciência e tecnologia, 2 sobre meio ambiente e 4 sobre defesa do consumidor.

Portanto, eu pediria a participação de todos os deputados nesses dois dias para que possamos estimular os estudantes, a juventude a conhecer e participar da política para que possamos transformar esse Estado cada vez mais, e transformar o nosso País onde todos possam viver com dignidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Galerias, telespectadores da TV Assembleia, deputado Targino Machado, hoje, em todos os jornais do País, nas televisões, na mídia impressa, na Tribuna da Bahia, lemos matéria de uma página do promotor atuante, Marcelino Galo e no jornal A Tarde, na coluna do grande Levi, o assunto é segurança.

É claro que todos nós, baianos e brasileiros, estamos assistindo à banalização da vida, deputado Carlos Geilson. Vemos a Oposição em nível nacional, em nível estadual fazer o papel de opositor, claro, de oposição, criticando o governador Jaques Wagner pela violência instalada não só na Bahia. Até debitaria da conta do governador Jaques Wagner se a violência estivesse acontecendo apenas na Bahia. Em alguns estados, com uma diferença mínima de outros, a população está sobressaltada sem saber se chega em casa, se nossos filhos chegarão em casa. Infelizmente, é uma situação alarmante para um País como o Brasil.

Não sou especialista em segurança, não sou conhecedor como outros estudiosos dessa questão principal, mas não precisa ter esse conhecimento todo para dizer que já passamos do limite. Não podemos assistir a uma professora - que nesse final de semana foi comprar o pão, coisa que milhões de brasileiros fazem diariamente, - ser brutalmente assassinada na frente do filho de seis anos. Há poucos dias, outra professora foi assassinada em Itapuã; há poucos dias um sobrinho de meu pai foi assaltado também numa padaria, e depois de passar 3 meses internado num hospital, deputada Maria Luiza, veio a falecer. São tantos os crimes que a população brasileira já se acostumou, praticamente.

Mas esse problema não é só do governador Jaques Wagner, deputado Carlos Geilson, é de todos nós, principalmente dos políticos. A população não faz as leis. Claro que ela pode juntar-se para protestar – e se espera mais protestos –, para ver se

os políticos acordam, se o Congresso Nacional acorda, e não fica a defender interesses próprios, interesses corporativos. É o que acontece em Brasília, com os políticos dando as costas – salvo raras exceções – para o que ocorre em nosso País.

Não há governador que dê jeito nisso com a situação em que o Brasil se encontra hoje, com essa demagogia, essa hipocrisia. Não podemos assistir uma parte do Congresso ser contra projetos que tramitam naquela Casa, como a maioria penal. O Brasil assiste diariamente: malandro de 14 anos, 16 anos, 17 anos, quase 18 anos matando barbaramente.

E assistimos – nós, políticos, principalmente – esta Casa não dar uma sugestão. Nós nos pronunciamos mais como um desabafo, e fica como se nada estivesse acontecendo, como se não fosse acontecer com nenhum de nós.

Não tem governador que dê jeito com essas leis brandas do Brasil. Claro que alguns demagogos, o que há em todo lugar, tirados a defensores dos direitos humanos, dirão que o problema é a falta de educação, de trabalho. Pergunto: quando é que o Brasil terá condições, deputado Carlos Geilson, de dar educação de qualidade a toda a população de quase 200 milhões de habitantes? Quando é que o Brasil terá condições de ser um País de primeiro mundo do jeito que vamos?

Enquanto isso, assistiremos às mortes de parentes, filhos, irmãos, e de conhecidos.

E fica esse faz de contas em Brasília, no Congresso principalmente, que tem o poder de modificar as leis.

Há poucos dias iriam baixar a maioria penal, mas os demagogos, querendo fazer média, diziam que preservavam os direitos humanos. E continua essa estupidez: o crime organizado devastando os jovens, principalmente.

A droga está-se espalhando em todas as cidades, das menores às maiores, do nosso País. Assistimos todos os dias, todas as horas, amigos, parentes, conhecidos sendo mortos, e ninguém sabe quem será o próximo. E não acontece nada!

Pensa-se só em eleição, em defender corporações. E em Brasília, pensa-se só, com raras exceções, em defender grupos empresariais. Dessa forma, vamos levando este País, cuja situação todos sabem. É triste!

Não adianta a Oposição criticar o governador Jaques Wagner, que gastou como nenhum outro governador gastou – os dados estão aí. A televisão mostrará que nenhum outro governador investiu tanto – na segurança pública.

Antigamente, os delegados não tinham nem viaturas para tentar prender os marginais. Hoje, quase todas as viaturas são novas e em quantidade suficiente. Foi dado aumento às polícias Civil e Militar como nenhum outro governador concedeu, apesar de os salários, como qualquer salário, serem baixos.

Na semana passada, vimos ser dado aumento ao grupo Fisco, tão importante para a Bahia, com salário de quase R\$ 20 mil para nível médio. Um agente de tributo na Bahia ganha mais do que o governador, e todos acham que é normal. Um auditor ganha mais do que o senador da República, do que o presidente da República, e é como se fosse normal. Este é o Brasil! E esse aumento passando por esta Casa.

Assistimos, aqui, à Oposição ser contra o aumento do salário do governador

para R\$ 20 mil...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Concluirei, Sr. Presidente.

(...) alegando que ele estava ganhando demais. E, na mesma hora, aprovou-se o aumento do salário dos defensores públicos para R\$ 24 mil, como se fosse uma coisa normal. Não tenho nada contra, é uma categoria importantíssima.

Então não há governador que conserte, que diminua os índices de violência, se continuar essa malandragem, essa falta de ação e essa falta de coragem dos homens públicos deste País para mudar as nossas leis. Deputado Pedro, não adianta criticar o governador Wagner, que investiu bilhões na Segurança Pública, pois sempre faltará mais dinheiro.

Para encerrar, Sr. Presidente.

Vejam a piada. Na semana passada, tentaram matar um delinquente e não conseguiram. Depois foram ao hospital e o executaram. O bandido disse que comeu chocolate na Páscoa... Pois bem, eu estava vendo no jornal que, felizmente, já que a justiça dos homens não funciona, funcionou de outra forma. Meteram bala, pelo menos é mais um.

Infelizmente, essa é a situação. Ouvimos discursos demagógicos, mas não tem jeito. Ou se tem coragem, Sr. Presidente, e se faz o que este País precisa... Estou falando da área de segurança, porque não tenho tempo agora para falar de outras áreas, como reforma trabalhista...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Concluirei, Sr. Presidente.

(...) reforma tributária, reforma política. Quanto a esta última, é uma vergonha, uma excrescência eleição todos os anos. Quem é que paga a conta? Quem paga a conta é a população brasileira.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Encerrarei. A sessão está tranquila, deputado Álvaro Gomes.

Quem paga a conta é a população. Eleição que se gasta milhões e se declara um valor infinitamente menor, e a Justiça Eleitoral faz de conta que está corrigindo alguma coisa.

Para encerrar, Sr. Presidente, assisti a sessões no Tribunal em que se utiliza de toda a estrutura daquela Corte querendo penalizar, às vezes, quem doou R\$ 1 mil a mais, que doou R\$ 100,00 a mais, porque, às vezes, o contador perdeu a conta. Enquanto o grosso corre por baixo, e todos eles sabem.

Deixarei para me pronunciar a respeito desse absurdo, mais um, na próxima sessão ou no Grande Expediente, ainda durante esta sessão, que deve continuar até mais tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Álvaro Gomes, queridos deputados, queridas deputadas, não sei qual é a novela maior em Feira de Santana: se a reativação do aeroporto, a conclusão do Centro de Convenções ou a unidade do pronto-atendimento ao lado do Hospital Geral Clériston Andrade. Todas elas de grande importância para a cidade, mas se arrastam no tempo como se fossem gigantescas realizações que dependessem até do capital internacional.

Quando estava no exercício do mandato, recentemente, o deputado federal Colbert Martins conseguiu 2 milhões do governo federal para injetar no Centro de Convenções. Mas pasmem: a liberação desse dinheiro ainda depende de uma pendenga burocrática do Estado, que não se resolveu até hoje. E já estamos correndo o risco de ter de devolver essa verba para Brasília.

Será que é capricho para não receber dinheiro conseguido por um parlamentar da Oposição? Enquanto isso, a obra do Centro de Convenções se arrasta por 8 anos, final do governo Paulo Souto; o governo do PT já está acabando e não conseguiu concluir o Centro de Convenções de Feira de Santana. Está parecendo que será necessária a volta de Paulo Souto para que termine a obra que ele mesmo começou, porque até agora o PT mostrou que não tem competência para tal.

O aeroporto de Feira é uma novela. Todo dia o governo marca uma data de inauguração, de reativação. A última data marcada foi agora para abril. Nada. Nem obra acabada, nenhum voo, nada. Aliás, até as obras da Avenida Sérgio Carneiro, que dá acesso ao aeroporto, estão pela metade. A revitalização do aeroporto teve várias audiências públicas, muita conversa, deputado Zé Neto, muita discussão, muita promessa, mas até agora não decolou. Feira de Santana não merece esse tipo de tratamento, a não ser de gente que não gosta do município, e esse governo tem demonstrado que não gosta de Feira de Santana.

A outra novela é a construção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, ao lado do Hospital Geral Clériston Andrade. O mais engraçado aconteceu num capítulo na semana passada. Em entrevistas em Feira de Santana o candidato do PT prometeu um novo hospital geral para Feira. Ora, o governo do PT não está conseguindo terminar uma UPA, imagine construir um outro hospital. Estão pensando que o povo de Feira de Santana é abestalhado, é beócio, é idiota. A construção dessa UPA se arrasta por quase 2 anos. Agora foi publicado um edital de licitação para conclusão da obra. Duas licitações numa obra dessa, uma para começar e a outra para terminar. É realmente uma novela cheia de capítulos irônicos. Do jeito que vai, podemos até dizer que esse governo do PT está cheio de atores, porque é mestre em fazer novelas. Eu acho que o governador Jaques Wagner seria a estrela principal da novela; o deputado Zé Neto seria a estrela coadjuvante. São novelas que se arrastam em Feira de Santana há anos. O governo não consegue terminar uma UPA, deputado Targino Machado, há dois anos não consegue terminar uma UPA.

Há 8 anos se arrasta a obra do Centro de Convenções. O aeroporto de Feira de Santana, o deputado Zé Neto já prometeu voar, sobrevoar, e até agora nenhum avião saiu do chão. Não acontece. Marcou-se o prazo para o mês de abril, estive lá no aeroporto com o deputado Zé Neto, e ele já fazendo planos para esse grande voo que

faria através de uma companhia aérea que iria se instalar em Feira de Santana, também esse voo não aconteceu.

De modo que o governo do Partido dos Trabalhadores que ora governa este Estado se especializou nessas novelas de não conclusão de obras. Muitas delas nem chegou a começar. Prometeu apenas, mas não saiu do papel.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Pedro Tavares pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos da imprensa, senhores das Galerias Paulo Jackson, eu queria, deputado Álvaro Gomes, parabenizar a Prefeitura de Jacobina, que nesse último final de semana fez um grande evento. Foi uma micareta com grandes atrações, muito bem organizada e levou um público recorde para a cidade de Jacobina, movimentando a economia. Todas as pousadas ficaram lotadas, os restaurantes também lotados, os comerciantes lucraram, todos saíram felizes dessa grande festa.

Quero parabenizar o prefeito Rui Macedo e toda a sua equipe. Jacobina, que tem se tornado uma cidade polo, um centro de serviços, uma cidade que, realmente, tem crescido muito, realizou, sem dúvida nenhuma, uma micareta que vai ficar na história da cidade e da região. Mas, deputado Elmar Nascimento, que estava lá presente, nem tudo são flores naquela região.

Apesar de realizar uma grande micareta em Jacobina... Qual foi o único incidente que ocorreu na micareta? Os visitantes, para chegar em Jacobina, tiveram de passar por uma estrada que é um verdadeiro absurdo. A estrada que liga Capim Grosso/Jacobina, Jacobina/ Lage do Batata e Lage do Batata/Ourolândia e Umburanas é um verdadeiro absurdo, é uma estrada em que as condições de trânsito estão totalmente precárias. Os visitantes tiveram de passar por sérios percalços para chegar até Jacobina.

Várias e várias manifestações reivindicando melhorias para a estrada ocorreram, mas nenhuma providência foi tomada. Essa estrada foi prometida pelo governo do Estado, mas não foi feita. Essa estrada, que, em agosto do ano passado, foi federalizada, ou seja, sua responsabilidade foi transferida para a União, até hoje, não teve a sua recuperação efetivada. Falam que já foi feita a licitação e que, desde janeiro, a empresa ganhou. Eu queria saber o motivo dessa obra não ter começado ainda e de Jacobina e região ter de sofrer tanto. Por que em Jacobina e região as pessoas, os enfermos, os comerciantes e os estudantes têm de sofrer diariamente ao utilizar essa estrada?

Então, fica, aqui, a minha cobrança ao governo federal e ao governo do Estado, que não pode se eximir da responsabilidade, dizendo que, agora, a estrada é federal. A estrada é federal, mas quem está sofrendo são os baianos, quem está sofrendo é o povo de Jacobina e região. Então, fica, aqui, a minha cobrança pública para que se recupere logo essa estrada e para que a população de Jacobina e região não sofra

tanto quanto está sofrendo.

Eu vi, aqui, o deputado Carlos Geilson, grande deputado da Oposição e grande representante de Feira de Santana, falar sobre o Centro de Convenções de Feira de Santana, que até hoje não foi recuperado. Quero dizer que, infelizmente, essa realidade não é só em Feira de Santana, mas também em Itabuna. Em Itabuna, as obras do Centro de Convenções e do Teatro Municipal não foram retomadas. São 8 anos de paralisação das obras, o que demonstra, mais uma vez, o descaso do governo estadual com a Região Sul da Bahia.

A Região Sul, que já contribui tanto para o nosso Estado, sofre com o descaso. Cade a duplicação da BR-415 no trecho entre Ilhéus e Itabuna? Cade, mais uma vez, repetindo, o Porto Sul? Cade a Barragem do Rio Colônia? Infelizmente, a Bahia tem sofrido muito. É uma Bahia que, na propaganda do governo, está muito bem, as coisas estão muito bem, mas, infelizmente, a realidade é totalmente diferente e as coisas vão muito mal. A população, infelizmente, tem sofrido e sofrido muito.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Grande Expediente. Concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, meu querido deputado Álvaro Gomes e atual presidente desta sessão ordinária, visitantes, imprensa, servidores que cuidam de anotar as nossas falas, eu queria dizer que nós estamos vivendo um momento, na Bahia e no Brasil, de aproximação do período eleitoral. Neste momento, observamos que algumas pessoas, não filiadas a partidos ou a representantes de instituições, começam a se posicionar ao colocar, de fato, em que lado estão.

Recentemente, ouvi a entrevista do ministro Gilmar Mendes, do STF, em que ele faz uma crítica à presidente Dilma Rousseff ao dizer que há um apagão de gestão. Na realidade, há um apagão no STF, onde há um presidente execrado por seus colegas do Judiciário; uma posição definidamente contrária ao nosso governo ao tentar criminalizar o PT fazendo uma execração pública do ex-ministro e ex-deputado José Dirceu quando extrapola todas as regras jurídicas do Brasil e mantém presa uma pessoa que deveria, deputado Capitão Tadeu, estar em regime semiaberto.

O Sr. Álvaro Gomes:- Um aparte, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sem entrar no mérito do certo ou do errado, a decisão deferida pelo próprio STF, com relação ao José Dirceu, deixa claro – certo? – a qualificação do seu regime. Mas o presidente do STF, apaniguado com este Gilmar Mendes, que só não é filiado ao PSDB porque não é permitido, faz uma mudança significativa para manter uma pessoa presa – certo? – fora do regramento da legislação jurídica brasileira. Certo? Sobre isso, pode dizer muito mais o deputado Elmar Nascimento porque é advogado, uma vez que eu não sou.

No entanto, o STF não fez a mesma coisa e não tomou a mesma medida jurídica – certo? – com o seu colega de ideologia, Eduardo Azeredo, quando, obviamente, o coloca para um julgamento em outra instância.

Ou seja, é o momento eleitoral.

Há outra questão e esta diz respeito aos pontos que impactam a política nacional.

Hoje, vi, com perplexidade, uma notícia de um aprendiz de cineasta ou um tentador ou um cineasta frustrado por nome Arnaldo Jabor que foi demitido da Rede Globo por sua incapacidade de garantir um programa com audiência. A audiência do seu programa, ao final da noite, caía de 14, 13 pontos para 0,51. Ele aparece no noticiário dizendo que é preciso tirar esses caras do poder. Ora! Quem é Arnaldo Jabor para falar sobre o governo do Partido dos Trabalhadores?

Respeito o ex-historiador Marco Antonio Villa que, agora, deixa de ser historiador e se coloca como vidente. Ele diz que o PT vai acabar, que Lula vai acabar, que o PSDB governará e, inclusive, define data, hora e local da posse do seu presidente. Até respeito porque ele é filiado ao PSDB. É natural, como filiado ao PSDB, ser defensor ideologicamente desse projeto. E, como tal, ele pode dizer o que quiser.

Então, este é o momento, deputado Álvaro, da política brasileira, onde nós estamos com uma imprensa, a exemplo de Folha de São Paulo, O Globo, Rede Globo de Televisão, O Estado de São Paulo, que, hoje, faz oposição ao governo da nossa presidenta Dilma.

Na realidade, há um déficit de oposição no Congresso Nacional. E esses parlamentares, melhor, essas lideranças políticas, no campo nacional, estão pautadas por esses três órgãos de comunicação que fazem, de fato, oposição ao governo. Quem faz oposição ao governo federal? São eles.

O Sr. Álvaro Gomes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Concedo um aparte ao deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre deputado Rosemberg Pinto, parabênizo V.Ex^a por fazer esta abordagem muito importante, exatamente neste momento do embate, onde são discutidos dois projetos para o Brasil e dois projetos para a Bahia.

Há o projeto conservador, do atraso, aquele que desmantelou o nosso País, que levou o nosso País a uma situação de extrema dificuldade. O outro é o projeto que melhorou o Brasil e melhorou as condições de vida da nossa população; melhorou a vida de mais de 50 milhões de pessoas em nosso País e é o projeto que fez com que o nosso País adquirisse credibilidade internacional.

Antes, o nosso País estava desacreditado internacionalmente. Hoje, o nosso País é muito respeitado no cenário internacional. Antes, o índice de desemprego era de 12%, calculado pelo IBGE. Hoje, o índice de desemprego é de 5%. Antes, a situação do nosso País era de extrema dificuldade e submisso aos interesses do FMI, do capital internacional. Tanto isso era verdadeiro que uma das principais palavras de ordem da sociedade era: “Fora daqui FMI!”

Mas essas palavras não eram por acaso. Dizia-se isso exatamente porque, além da dívida brasileira com o FMI, o Brasil era submisso aos interesses do FMI. Quem determinava a política econômica do País era o FMI. O FMI ia ao Banco Central. E eu próprio já cheguei a presenciar algumas vezes, quando era presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia. O FMI determinava a taxa de juros e os rumos da economia. Hoje, isso não acontece mais em nosso País. O nosso País já não deve mais ao FMI e não é mais subordinado aos seus interesses.

Então, o Brasil faz o maior programa de casas populares da história. Foram 1,6 milhão casas populares distribuídas à população de baixa renda. Repito, foram 1,6 milhão casas populares. Só na Bahia, foram mais de 100 mil casas populares distribuídas à população de baixa renda. Então isso é algo fantástico e como tal promove o desenvolvimento.

Na questão da educação, por exemplo, apenas para citar a Bahia, nós tínhamos só uma universidade federal durante décadas. Hoje, nós temos cinco. A situação da saúde, educação e da infraestrutura tem melhorado.

Quanto à empresa Petrobras, quando eles buscam, realmente, desestruturar a presidenta Dilma, observamos que a Petrobras estava sendo destruída por eles. O lucro médio anual da Petrobras era de 4 bilhões na época deles. Hoje, o lucro médio é de 25 bilhões. O patrimônio da Petrobras, na época deles, era de 34 bilhões. Hoje, o patrimônio é de 349 bilhões.

Então, tem muita gente que se incomoda com isso. Veja, muita gente se incomoda com o Bolsa Família; se incomoda porque 50 milhões de pessoas melhoraram de vida, se incomoda porque o pobre e o negro estão tendo acesso à universidade federal, se incomoda porque as empregadas domésticas vão ter os mesmos direitos que qualquer trabalhador, se incomoda porque tem diminuído o trabalho informal, pois era um indicador de trabalho precário, e tem aumentado o trabalho formal que é o indicador de trabalho decente. Enfim, muita gente se incomoda com isso e quer voltar ao passado; mas não vão conseguir.

Nós vamos caminhar e vamos caminhar para frente. Vamos continuar com o projeto que melhorou a vida das pessoas, porque o povo quer mais. Melhorou, mas quer melhorar mais e não retroceder e caminhar para trás.

Portanto, parabenizo V.Ex^a por este pronunciamento abordando essa temática dos projetos para o Brasil e para a Bahia.

Na Bahia, continuaremos este projeto com Rui Costa. E, no Brasil, continuaremos este projeto com Dilma Rousseff.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Muito obrigado, deputado Álvaro Gomes, pelo seu aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Quero ir além, deputado Álvaro, para dizer como esta oposição, aqui no Brasil, não gosta de pobre. A presidenta Dilma, deputado Elmar, esteve aqui e anunciou um aumento do percentual do Bolsa Família. Sugeriu e definiu um aumento de 10% para o Bolsa Família. Significa que, durante este período do Bolsa Família, aqui na Bahia, já circularam 20 bilhões até agora; com mais 10%, significa que circulará, neste ano, mais R\$ 2 bilhões.

Mas, ouvi do Aécio Neves e ouvi do Eduardo Campos se posicionando contrário ao aumento do percentual do Bolsa Família. Ontem, o Eduardo Campos não teve coragem de responder a Fernando Mitre se ele acabaria com o Programa Mais Médicos caso ele fosse presidente da República. Obviamente porque ele sabe que o Programa Mais Médicos é um programa, extremamente, importante para a saúde pública brasileira. Mas, para o discurso eleitoral que ele faz, não teve coragem, ontem, de dizer que, no governo dele, acabaria com este programa. Quem não conhece este programa, que vá ao interior do País para saber como a população tem agradecido à presidenta Dilma pela quantidade de médicos que tem chegado para atender à nossa população mais carente.

Fico a me perguntar qual é este outro projeto para o Brasil que está sendo colocado e dito por alguns representantes do projeto conservador e que o Brasil não quer mais de volta?

E a grande preocupação dessas pessoas é porque há uma exigência da sociedade de querer mudar para melhor. Mas esta mesma sociedade não quer voltar ao passado e com esses representantes que, hoje, falam que é o novo para o Brasil.

Ainda ontem, vi uma entrevista da nossa senadora Lídice da Mata – ex-aliada do Partido dos Trabalhadores aqui na Bahia – e do Eduardo Campos em uma visita a Comandatuba. Eles disseram que o PT não pode continuar este projeto de governar o Brasil e a Bahia.

No entanto, este projeto serviu à senadora e ao ex-governador de Pernambuco o tempo inteiro. Vejam, foi a partir deste projeto que, hoje, eles chamam de projeto da velha política, que colocou a mãe do ex-governador de Pernambuco como ministra do Tribunal de Contas da União. Ele pediu a todos os deputados, inclusive, aos deputados do Partido dos Trabalhadores que sua mãe se tornasse ministra do Tribunal de Contas da União.

Pergunta-se: esta é a nova ou a velha política?

Vejam, tenho uma divergência concreta do ponto de vista da forma das indicações para esses locais. Mas o ex-governador se esqueceu de que ele saiu pedindo para que sua mãe fosse para o Tribunal de Contas da União, no conceito da velha política que, hoje, ele diz não concordar mais.

Ora, é este o debate que precisamos fazer, qual seja, ter de apresentar, de fato, para a sociedade, a realidade. Deve-se mostrar não apenas o lado fantasioso e o lado da colaboração de um grupo de comunicação deste Brasil que nunca concordou que o Brasil tivesse uma distribuição de renda como se tem hoje.

Fico a me perguntar: como sobrevive esta grande mídia capitaneada pelos jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e a própria Rede Globo? Todos os dias estão à porta do governo federal pedindo patrocínio para seus meios de comunicação. Mas todos os dias a imprensa fala de um Brasil que parece irreal, um Brasil que parece que não tem nada de bom.

Quem assiste aos jornais e aos noticiários da Globo pode pensar que vive em outro mundo ou em outro país, porque, aqui, nada presta para eles. Mas foi, aqui, neste País, meu querido Pedro Tavares, que tiramos 40 milhões de pessoas da

extrema pobreza.

O deputado Carlos Geilson falou, há poucos instantes, que parece que não gostamos de Feira de Santana. Mas ele estava lá na nossa querida avenida Nóide para projeto deste nosso governo. O Hospital da Criança de lá é do nosso governo. Como não gostamos de Feira de Santana já que grandes ações têm acontecido lá?

E, há poucos instantes, falava para o deputado Targino Machado que, para ampliar a área industrial de Feira de Santana, o governo do Estado desapropriou uma grande área do município de São Gonçalo dos Campos para atender aos interesses de Feira de Santana. Foi o nosso governo que o fez. Como não gostamos de Feira de Santana?

Mas esta é uma forma de governar. E quanto a esta forma de governar, nós a fazemos diferentemente de quem quer, hoje, voltar e dizer que o Partido dos Trabalhadores tem de pagar e pedir desculpas à população por esses 8 anos.

Ora! Quem não atendia os prefeitos? Quem deixava os prefeitos esperando 2, 3 ou 8 horas era governador anterior, pois não os atendia. Os prefeitos voltavam 500 ou 600 quilômetros sem serem atendidos. Pode-se falar de um governo que, hoje, atende todos os prefeitos sejam eles do PT ou DEM ou PMDB sem qualquer distinção? Ora, quem é esse que, hoje, faz críticas ao nosso Partido dos Trabalhadores e ao nosso governo aqui na Bahia?

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Quero dizer que não conseguimos resolver todos os problemas – é verdade – nas áreas de segurança pública, educação e saúde. Mas não conseguimos resolvê-los, meu querido ex-governador Paulo Souto, porque V.Ex^a deixou uma demanda para o nosso governo com um déficit social enorme. E é preciso mais de 20 ou 30 anos para recuperar esta Bahia. Por isso, não conseguimos resolver todos os problemas da saúde, da educação e da segurança pública. E no nosso governo não escondemos os problemas da segurança pública. No nosso governo não tem mais grupo de extermínio na Bahia. Essa é a nossa diferença.

Com um aparte o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Rosemberg, quero parabenizar V.Ex^a pelo excelente pronunciamento. Eu diria que serve para resgatar um pouco, obviamente junto à Oposição e àqueles que não têm memória, o trabalho que vem sendo feito pelo governo Jaques Wagner, principalmente pelo governo Dilma Rousseff no Brasil. O trabalho do governador Jaques Wagner no âmbito do Estado e o de Dilma Rousseff no âmbito da República. Se V.Ex^a hoje quisesse ficar o dia inteiro aí, com certeza ficaria, porque a quantidade de obras que foram feitas no Brasil, executadas a partir do governo Lula e dadas prosseguimento através do governo da Dilma Rousseff, fariam com que V.Ex^a hoje fosse eternamente brilhante, assim como o trabalho que vem sendo feito aqui na Bahia.

Acho que V.Ex^a retrata muito bem o comportamento das elites quando diz que elas não gostam de pobres. E aí é um contraste muito grande com a nossa história, com a forma que a gente governa, porque não gostamos de pobreza, soubemos, inclusive, fazer um trabalho que inseriu uma vasta população pobre no cenário

econômico brasileiro através de políticas sociais de grande abrangência.

Portanto, V.Ex^a está de parabéns e me orgulho muito de ter V.Ex^a como Líder do nosso Partido.

Muito obrigado, deputado Rosemberg.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Obrigado, deputado Paulo Rangel, pelas palavras que as incorporo ao meu pronunciamento.

E dizer da Petrobras, toda vez que começa a eleição, deputado Pedro Tavares, abre-se uma discussão sobre a Petrobras, que, como qualquer empresa no Brasil, deve ter os seus problemas. E aqui não quero minimizar problemas do segmento empresarial que existe em qualquer lugar. Mas quero dizer da raiva que essa turma tem em ver a Petrobras fazendo os investimentos em cisternas no Semiárido nordestino.

A Petrobras que hoje, além de ser uma grande empresa de resultado econômico, é uma grande empresa de responsabilidade social no Brasil. Foi com o programa de biocombustível que se garantiu uma grande quantidade de pessoas da agricultura familiar no campo, dentro da visão da plantação de mamona, de pinhão-manso, de várias oleaginosas para garantir o mercado e atender uma demanda dos interesses do meio ambiente para diminuir a incidência de monóxido de carbono na atmosfera.

É essa Petrobras que ajudou e que construiu um grande programa para o Nordeste brasileiro chamado Mova-Brasil, que diminuiu o analfabetismo em alguns porcentos. E é um orgulho imenso de ter estado na Petrobras quando construímos esse programa e que hoje a Bahia assumiu com o nome de Topa, que já alfabetizou um milhão e trezentos mil jovens, adolescentes e adultos que antes estavam à margem do conhecimento.

É essa Bahia, governador Paulo Souto, que não queremos mais, dos dois milhões de analfabetos que V.Ex^a deixou. Hoje reduzimos com a alfabetização de um milhão e trezentas mil pessoas. É por isso que esse projeto vai continuar, porque a Bahia quer mais educação, quer mais saúde, quer mais desenvolvimento. E como Paulo Rangel disse aqui “nós não gostamos é de pobreza”. É por isso que estamos desenvolvendo os maiores programas sociais da história da Bahia.

Lamento que a Oposição tenha raiva de pobre e não tenha gostado que a presidente Dilma ampliou o Bolsa Família, inclusive numericamente e ampliando percentualmente a valoração, e só aqui na Bahia vai aumentar em R\$ 2 milhões.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSL/PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidente, o deputado José de Arimatéia falará por 6 minutos e eu falarei por 5 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr^a Presidenta, Srs. Deputados, imprensa, ouvintes do Canal Assembleia, venho a esta tribuna para registrar que, na semana passada, sexta-feira, estive na cidade de Feira de Santana visitando os hospitais. Estamos com um problema sério com relação às parturientes na cidade de Feira de Santana. Temos hoje o Hospital Clériston Andrade, que atende alta complexidade. Hoje possui 28 leitos para atendimento de alta complexidade. Visitei o Hospital da Mulher, que possui 64 leitos, e o Hospital Mater Dei, onde há 58 leitos. Então, diante da situação que está acontecendo em que as parturientes tanto de Feira de Santana como do interior não estão conseguindo atendimento necessário, porque, por exemplo, quando chegam no Hospital da Mulher, está lotado, o mesmo acontece no Mater Dei. E, aí, a responsabilidade toda cai para para o Hospital Clériston Andrade. Isso não só do município de Feira de Santana mas também das 28 cidades que são compactuadas na cidade de Feira de Santana.

Então, diante dessa situação, aconteceu já o fato de mulheres “ganharem nenem” na porta do hospital, não dando tempo nem de chegarem na sala de cirurgia. Outras, dentro de ambulância. Realmente, é um caso que tem que ser urgentemente resolvido. Já conversei com o secretário da Saúde do Estado, com a secretária da Saúde do município de Feira de Santana, e no próximo dia 16 teremos uma reunião na Secretaria da Saúde, lá em Feira de Santana, com o representante da Secretaria do Estado para que possamos encontrar uma solução para resolver esse problema, que, inclusive, está nos jornais de Feira de Santana, nos blogs, e não podemos mais ficar esperando.

Sabemos que tem que ser construído um hospital-maternidade em Feira de Santana, em nível estadual. Tem que ser construído! O município está dizendo que não tem mais condições. Segundo a secretária, já estão investindo 26% do Orçamento na Saúde – é o que diz a secretária, Dr^a Denise. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o município tem que investir 15%, mas o município de Feira de Santana já está investindo 26%. Então precisa ser resolvido urgentemente essa tabela do SUS, porque nenhum hospital particular credenciado está mais suportando o atraso que existe com respeito à tabela do SUS, que, segundo informações que temos, há mais de 10 anos não tem um reajuste. Mais de 10 anos, deputada! Para se ter uma ideia, um anestesista pelo SUS está ganhando R\$ 150. Então, isso precisa ser urgentemente revisto, essa tabela do SUS.

Agora, para que isso aconteça, eu, como presidente da Comissão de Saúde, estou chamando a atenção para que os deputados federais da Bahia se unam e o Ministério da Saúde possa rever a tabela do SUS. Conversando com o diretor do Hospital Mater Dei, o Dr. Gilberto, ele disse que não há mais condição de manter o credenciamento, está a ponto de cancelar. Numa cesariana, por exemplo, o SUS está pagando R\$ 400, e particular é R\$ 4 mil, viu, deputado?

É necessário que haja uma mobilização dos deputados federais da Bahia e do Brasil, porque, quando se fala do SUS, não é só a Bahia que está passando por isso,

não. Essa questão das parturientes não é só na Bahia, não, mas em outros estados também, isso você lê nos jornais, vê na televisão.

Então, o Ministério da Saúde tem que, urgentemente, repensar e mudar essa forma do atendimento aos hospitais credenciados pelo SUS para que eles possam estar mais dispostos a, realmente, colaborar com a questão da saúde pública do nosso Estado.

Era isso que gostaria de registrar. E na próxima semana, com certeza, estaremos indo à essa reunião e esperamos que dela possa surgir um caminho para que esse problema seja solucionado.

Muito obrigado, deputada.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, demais deputados, quero informar que de hoje até quinta-feira estão ocorrendo eleições no Sindicato dos Bancários da Bahia, concorrendo duas chapas, uma da atual diretoria e a outra, de oposição. Quero informar que tenho o prazer de fazer parte da diretoria daquela entidade, a pedido de colegas que consideraram importante a minha presença na diretoria. Tive o prazer de ser presidente durante várias gestões. Hoje a entidade é presidida pelo camarada Euclides Fagundes Neves, que é uma das grandes lideranças da nossa categoria.

Na semana passada, estive visitando várias agências. Na última sexta-feira, visitei 13 agências de diversos bancos – Banco do Brasil, Caixa Econômica, Bradesco, Itaú, Santander – e pude constatar o apoio maciço da atual diretoria do sindicato à nossa chapa, a Chapa 1. Na região que visitei naquele dia, podíamos observar que mais de 90% dos bancários estavam apoiando a nossa chapa. E esse apoio não se dá por acaso, o apoio que a categoria dos bancários nos dá é a reafirmação do nosso projeto, da nossa militância, do nosso trabalho, que transformou o nosso Sindicato dos Bancários da Bahia em um dos sindicatos mais importante do Brasil. Aliás, é bom aqui ressaltar que é o único sindicato da América Latina que possui um jornal diário e um programa de televisão diário. E não é qualquer jornal ou qualquer programa, é um jornal de qualidade, com informações muito sérias, que tem contribuído para a organização da categoria.

O Sindicato dos Bancários da Bahia é conhecido também pela sua combatividade, pela sua capacidade de negociação e de lutar. Foram muitas vitórias que obtivemos ao longo dos anos em que estivemos e estamos à frente da entidade, foram muitas batalhas, muitos embates e muitas vitórias da categoria. São conquistas históricas da categoria, mas temos a jornada de 6 horas, sábado livre, salário profissional, gratificação semestral, organização dos trabalhadores através dos delegados sindicais, vale-alimentação... São muitas e muitas as conquistas que obtivemos.

Portanto, o Sindicato dos Bancários da Bahia neste momento participa das eleições de forma confiante na continuidade desse projeto, porque o Sindicato dos

Bancários, além das lutas específicas da categoria, tem se caracterizado como um sindicato cuja marca principal é a solidariedade. Solidariedade a outras categorias de trabalhadores, ao movimento estudantil, ao movimento social de uma maneira geral e também a solidariedade internacional.

Estamos vivendo hoje um momento de democracia, e é bom que se saiba que é um dos poucos sindicatos do Brasil onde já se sabe, com três anos de antecedência, o dia e o período de inscrição de chapas e o período da eleição. Período da inscrição de chapas: segunda quinzena de abril; período das eleições: primeira quinzena de maio.

Além disso, tem ampla divulgação no período eleitoral, através de jornal de grande circulação, jornal A Tarde, através do próprio jornal do sindicato, através do site do sindicato, portanto esperamos uma esmagadora vitória, que significa a reafirmação da nossa luta, do nosso projeto e das conquistas que a categoria teve e sem dúvida nenhuma terá nos próximos anos.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB-PTN-PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Simões:- Falará o deputado Capitão Tadeu.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Capitão Tadeu pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr^a Presidenta, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, funcionários, imprensa, povo baiano, gostaria de fazer aqui, agora, uma retrospectiva sobre essa grave crise que está ocorrendo entre o governador Jaques Wagner e a Polícia Militar da Bahia.

A Constituição proíbe ao policial militar fazer greve, sindicalizar-se e filiar-se a partido político. Aliás, ao policial militar é proibido reivindicar, reclamar, negar ordens absurdas. A vida do militar é cheia de restrições. Para se ter uma ideia, senhores, enquanto o Brasil combate a homofobia, no militarismo, ser gay, ser pederasta é crime militar. O militar não pode nem ser gay. Para o civil, ser gay não é crime nenhum, mas, para o militar, é crime militar. Então a vida do militar é cheia de restrições. O artigo da Constituição federal realmente proíbe tudo isso ao militar.

Mas o art. 42 combinado com o art.142 da Constituição federal diz, em outras palavras, considerando a vida de restrições que o policial militar tem, amordaçado, não pode reclamar, não pode isso, não pode aquilo, não pode nada, o governador tem que fazer uma lei específica, que passe por esta Casa, para compensar o militar pelas restrições que ele tem. Se todo servidor pode fazer greve e o militar não pode, então trate o militar de maneira que ele não precise fazer greve. O que acontece é que os governadores, todos eles na história do Brasil, todos, tratam bem os outros trabalhadores, que podem fazer greve, e o PM, que não pode fazer greve, é esquecido, é maltratado. E isso causa uma revolta muito forte no militar.

Hoje, no Brasil, o maior índice de suicídio de policial militar é o de tiro na cabeça. Além de problemas como depressão, alcoolismo, vício em drogas, doenças

mentais, índices muito altos por causa dessa vida que ele leva e das amarguras com o governo, que não dá ao militar o tratamento que dá a outras categorias. Isso faz com que o militar acumule mágoas, frustrações, revoltas. Uns se matam, outros ficam doentes. Outros partem para a greve.

A média histórica, nos últimos 40 anos, era de a Polícia Militar fazer uma greve a cada 10 anos. Ocorreu greve em 1981, em 1992 e em 2001. No governo Wagner, essa média passou a ser de dois anos e meio. Greve em 2009, 2012 e 2014. Alguma coisa está errada com o governo Wagner. Tem algo errado nisso. O governador só atendeu, e ainda assim, parte dos anseios dos policiais, depois das greves. Então a tropa criou a cultura no governo Wagner de que o governador só atende o policial militar se este fizer greve. Essa foi a cultura que o governador implantou dentro da Polícia Militar. Isso é terrível para a sociedade. Se o governador tivesse atendido antes da greve, estaria tudo resolvido. Mas ele espera ter a greve para fazer o cumprimento da lei. É obvio que a greve é terrível, ninguém quer a greve, ninguém deseja a greve, mas daí vem a revolta da tropa com o governador.

Hoje o governador Jaques Wagner perdeu o comando sobre a tropa da Polícia Militar. O clima entre o governador e a tropa é uma coisa que eu nunca vi em 34 anos que tenho de Polícia Militar, eu nunca vi um clima tão ruim como este. Deputado Coronel Santana, V. Ex^a já viu um clima tão ruim como este que estamos vivendo hoje?

Então é muito fácil criticar o PM quando ele faz greve, mas ninguém se preocupa quando um PM dá um tiro na cabeça dele porque não está suportando o tratamento que o governo dá. É verdade, a Bahia parou, a Bahia virou um caos, mas tudo isso eu avisei ao governador que estava para acontecer e eu disse a ele quais o caminhos para se evitar isso.

O governador disse que ia me chamar para conversar e nunca chamou. Sete anos e meio de governo, e ele se lixou para as minhas advertências. Eu disse que iria ter greve.

No ano passado, pela primeira vez o governador sentou para conversar com a tropa, através dos seus representantes, as associações. Foram 8 meses de negociação, sob a presidência do secretário da Segurança Pública, discutindo a modernização da Polícia Militar. Discutimos um projeto e o governador apresentou outro completamente diferente. A tropa disse que foi um estelionato o que o governo fez. Aí, veio a revolta. O projeto apresentado foi, pelo menos, 80% diferente e ruim para a tropa. Aí, veio a revolta.

Como se não bastasse, no dia anterior à assembleia com 10 mil policiais, mil oficiais declararam greve. Inédito na história, mil oficiais declararam greve no dia 14 de abril, antes mesmo dos praças. Em que nível? Os comandantes já estavam revoltados com o governador.

No dia 15, foi a vez de 10 mil policiais declararem greve. E uma curiosidade que a população não sabe: Prisco disse para 10 mil policiais: “Não vamos fazer greve. Não é bom fazer greve. Vamos continuar negociando com o governo.” Prisco pediu para não haver a greve e 10 mil policiais o vaiaram, o atropelaram e decretaram a

greve contra sua vontade.

Dois dias depois, Prisco, propõe para a tropa, já com um número reduzido, cerca de 800 policiais, o fim da greve. Eles aceitaram, mas saíram revoltados. E Prisco disse: “o governador garantiu que ninguém vai ser punido pela greve.”

No dia seguinte, na Sexta-feira Santa, a Polícia Federal, usando helicópteros e metralhadoras, para Prisco na rodovia, mete a metralhadora na cara dele, na frente da esposa e dos filhinhos pequenos, e o leva algemado para o aeroporto. Larga a família dele de qualquer maneira na rodovia. A esposa volta para casa com os filhos e informa aos colegas do marido o que a Polícia Federal acabara de fazer.

Houve uma comoção dentro da Polícia Militar, e todos imputaram a Wagner uma traição, porque a greve já havia acabado. Prisco garantiu, para acabar a greve, que o governador disse que ninguém iria ser punido. E ele, que não queria a greve, que pregou para não ter greve, foi preso daquela forma agressiva e humilhante.

Então, o caos tomou conta, naquele momento, da Polícia Militar. Trinta mil policiais nas ruas, armados, e vendo o governador como traidor, e me cobrando para assumir a liderança naquele momento. Assumi a liderança, sim, naquela sexta-feira, à tarde, e orientei que a tropa fosse para os quartéis. A TV Bahia divulgou, à noite, minha conclamação à tropa, eu era o líder, para que fosse para os quartéis. Era melhor termos uma tropa no quartel naquela noite de sexta-feira do que na rua, revoltada com o governador.

As informações que chegavam por WhatsApp, Facebook e telefone era que iria ter confrontos e até o governador corria risco de morte naquele momento. Isso a população não sabe.

Duzentos policiais chegaram a ir para a Câmara Municipal, e isso foi filmado pela TV Record. Cerca de 200 policiais estavam na Praça Municipal quando passou uma viatura do Exército. Houve vaias para o Exército, e quase aconteceu um confronto ali. Se eu não tivesse mandado aquartelar, iríamos ter confrontos nesta Bahia. E o governador do Estado sabe disso, porque a Inteligência dele detectou comunicações de que o Palácio de Ondina corria riscos.

Portanto, senhores, fica aqui o registro de que a Bahia correu sérios riscos de uma guerra civil naquela Sexta-Feira Santa. Enquanto muita gente estava em suas casas comendo peixe, camarão, lagosta e tomando vinho, a guerra civil estava para acontecer aqui na Bahia, e eu a evitei. Depois disso, aparece uma fantasma da Assembleia Legislativa, uma fantasma que não aparece para trabalhar, só vem receber o dinheiro como fantasma desta Assembleia Legislativa, para fazer críticas à atuação dos policiais.

Que fique registrado, Sr^a Presidente, nos Anais da história desta Assembleia Legislativa o risco que a Bahia correu. Houve uma inabilidade política do governo do Estado na condução do processo. Pasmem, um delegado da Polícia Federal fez o regulamento militar, o que revoltou a tropa. O que um delegado da Polícia Federal entende de regulamento militar, para dizer o que é punição militar e o que não é?

Por isso a revolta da tropa. Hoje, ela está mais calma. Quando anunciaram que Prisco teve um infarto – que foi apenas uma angina, como descobriu-se depois –, a

tropa se revoltou de novo contra o governador, no sábado à noite. E quem mais uma vez acalmou a tropa foi o Capitão Tadeu, para não ter conflitos em Salvador e na Bahia.

Que fique registrado aqui, Sr^a Presidente, e que o governador aproveite esses meses que faltam para, com inteligência e sabedoria, trazer a tranquilidade para a Polícia Militar, porque hoje ela continua numa imensa insatisfação.

Obrigado pela tolerância, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder do governo...

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Sr^a Presidente, questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Vendo o Plenário vazio de deputados, em razão disso, peço uma verificação de quórum.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr^a Presidente, eu queria aproveitar esta questão de ordem para convocar todos os deputados, principalmente os da base do governo, a se fazerem presentes a este recinto, já que existe uma solicitação de verificação de quórum, formulada pelo Coronel Santana, para a continuidade da presente sessão.

Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, teremos uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

E peço a V.Ex^a que mande zerar o painel e dê os 15 minutos regulamentares para o restabelecimento do quórum desta sessão.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a também será atendido.

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que estão nos seus gabinetes, na sala do cafezinho, na biblioteca e nos corredores desta Casa, queiram adentrar o Plenário, pois existe um pedido de verificação de quórum feito pelos deputados Coronel Santana e Paulo Rangel.

Solicito a V.Ex^{as}, para a continuidade desta sessão tão importante, que adentrem o plenário, pois existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade dos trabalhos.

Peço que zerem o painel e marquem os 25 minutos.

(Continua a verificação de quórum.)

(A Sr^a Presidente aciona as campainhas.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Sr^{as} e Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, feita pelos deputados Coronel Gilberto Santana e Paulo Rangel. Solicito de V.Ex^{as} que estão nos gabinetes, na sala do cafezinho, nos corredores da Casa que adentrem ao plenário para permitir a continuidade da presente sessão. Precisamos da presença de

21 Srs. Deputados.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr^a Presidenta.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano): - Pela ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr^a Presidente, vou aproveitar esses 5 minutos até mesmo depois da fala do deputado Rosemberg Pinto, desde quando ele tratava de um tema que vem sendo motivo de debate e de sucessivas matérias na imprensa, produto de todo um processo articulado pela oposição ao governo da presidente Dilma, no qual se ataca de forma cotidiana a Petrobras, uma das maiores empresas do mundo.

A Petrobras é uma empresa que detém uma tecnologia reconhecida, um patrimônio intelectual inestimável e que é orgulho de todo o povo brasileiro. De forma brilhante, essa empresa, através do seu pessoal de pesquisa, chegou à descoberta do pré-sal, que vai se constituir, sim, no instrumento mais poderoso de diminuição das diferenças sociais, em nosso País. Principalmente porque a maior parte do lucro que advier do pré-sal será investido em educação.

Mas diria que esse discurso da Oposição, hoje, pode ser visto, deputado Rosemberg, como o lamento de um sucesso. Porque lamentam realmente o sucesso que a Petrobras teve e vem tendo. É verdade que hoje com a auditoria interna que está sendo feita com muita responsabilidade, há indícios de alguns desacertos, principalmente em relação ao comando de uma determinada diretoria. Mas não podemos de forma alguma suportar os ataques que vêm sendo feitos de forma irracional e divulgados por parte da imprensa brasileira, que tem feito, sim, um papel de oposição à presidente Dilma. Situação que coloca a Petrobras sob o olhar de desconfiança por parte de uma parcela do povo brasileiro, que não tem a compreensão exata do tamanho e do significado dessa empresa.

Assim como, sabemos também que, neste momento, se tenta desmoralizar a Petrobras, dizendo que se desmoraliza uma administração. Na verdade, o que se busca fazer, até porque existe hoje uma posição pretensiosa da oposição, seria preparar a Petrobras para uma possível privatização caso setores do DEM e PSDB viessem a ser governo no ano de 2015.

Mas queria aproveitar também, Sr^a Presidente, para solicitar aos deputados da Base do governo a se fazerem presentes neste Plenário já que existe uma questão de ordem onde se pede verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. E, no momento, temos apenas 10 Srs. Deputados aqui neste recinto.

Portanto, os deputados que estão no cafezinho, que estão nos seus gabinetes, na biblioteca, na presidência sendo atendido pelo deputado Marcelo Nilo, que se façam presentes, já que existe uma questão de ordem onde se pede verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O Sr. Paulo Azi: - Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano): - Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr^a Presidente, acompanhei atentamente o esforço do amigo

querido, deputado Paulo Rangel, e, ao mesmo tempo, a sua coragem. Tenho que reconhecer a coragem do deputado Paulo em tratar de um tema no mínimo muito espinhoso para o PT.

Hoje, a sociedade brasileira acompanha quase sem reação, o que é inacreditável, os escândalos que afloram diariamente. São escândalos diários em que, infelizmente, essa empresa de tamanha importância para o nosso País está envolvida. Diferentemente do que diz o deputado Paulo Rangel, não privatizaremos a Petrobras, não, iremos reestatizar, porque, na prática, a Petrobras foi privatizada pelo PT. A empresa deixou de ser uma empresa pública do povo brasileiro para se tornar um instrumento particular a serviço do Partido dos Trabalhadores.

O deputado Paulo Rangel sabe do imenso carinho que tenho por ele, ele foi corajoso por levantar um tema tão espinhoso para o seu partido, mas, ao mesmo tempo, não posso deixar de fazer esse registro em função daquilo que já começa a transparecer como resultado das urnas de outubro, vamos vencer as eleições presidenciais e aí vamos reestatizar a Petrobras. Vamos devolver a Petrobras ao povo brasileiro, vamos retirar a Petrobras da mão daqueles que a querem apenas para atender aos seus benefícios particulares e aos do seu partido. Porque é inacreditável a coragem dessas pessoas em por a mão, em praticamente destruir uma instituição do porte e da importância que tem essa empresa para o nosso País.

Portanto, quero aqui colocar a verdade dos fatos nesta Assembleia. E, ao mesmo tempo, parabenizar o deputado Paulo pela sua coragem. Acho que poderíamos, se for o desejo dele, continuar aqui diariamente a debater esse assunto. O deputado Rosemberg, por exemplo, já correu desse assunto, já desistiu de tratar dessas questões, porque todos sabemos que o deputado Rosemberg é oriundo da Petrobras. O deputado Rosemberg trabalhou durante anos nessa empresa e talvez tenha saído, Sr^a Presidente, pela desilusão, por acompanhar internamente aquilo que estava acontecendo e não concordar. E, por isso mesmo, tenha preferido continuar a servir o povo da Bahia aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputada Maria Luiza Laudano, eu quero reforçar aqui o chamamento aos deputados e deputadas que atendam a uma verificação de quórum de continuidade da presente sessão. E aproveitar para dizer ao nobre colega, deputado Paulo Azi, que, muito pelo contrário, eu quero fazer esse debate aqui, porque, deputado Paulo Rangel, o nosso querido amigo Simanca fez inclusive uma charge que reflete bem quem é esse povo.

Está aqui uma charge com Aécio Neves, Paulo Souto, Eduardo Campos, dizendo que não vão privatizar a Petrobras e a sombra deles aqui é a Light, a Vale do Rio Doce, a Telebras, o Banespa, a Coelba, a tentativa de privatizar a Embasa, ou seja, alguém que fez isso contra o Brasil tem qualquer propriedade para defender a Petrobras? Meu querido, deputado Paulo Azi, eu estava na Petrobras quando o ex-

presidente Reichstul que assumiu a presidência da Petrobras com o objetivo de criar as condições para privatizá-la e no meio do caminho se arrependeu. Depois, foi demitido por Fernando Henrique Cardoso porque não ajudou a privatizar a Petrobras e fez uma carta para a Nação brasileira dizendo que ele se sentiria o pior dos homens se tivesse cumprido a tarefa de criar as condições para privatizar aquela empresa, porque aquela empresa é um patrimônio da sociedade brasileira.

E para isso eles tiveram que detonar a P36, eles tiveram que fazer vazamento na Baía de Guanabara, fizeram vazamento no Rio Paraná, tudo com o objetivo de destruir a imagem da Petrobras. Mudaram o nome da Petrobras para Petrobrax, mas, ainda assim, a Petrobras continuou e vai continuar firme. Quem não vai deixar privatizar a Petrobras é o Partido dos Trabalhadores e a população brasileira.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado Rosemberg Pinto, temos quórum para a continuidade da sessão. Peço desculpas.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT, PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos, depois a deputada Maria del Carmen.

Sr^a Presidente, gostaria de pedir a V.Ex^a que fosse feita uma inversão, o deputado Paulo Rangel havia solicitado, e o deputado Joseildo Ramos fica com o próximo tempo.

Com a palavra por todo o tempo o deputado Paulo Rangel.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, amigos da imprensa, amigos que ocupam as Galerias Paulo Jackson, subo a esta tribuna neste momento estimulado pelo discurso do Grande Expediente do meu Líder Rosemberg Pinto, que tem feito um grande trabalho à frente da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e tem-se revelado um dos deputados mais combativos na defesa dos governos de Dilma Rousseff e de Wagner.

Eu prestava atenção na racionalidade do discurso do deputado Rosemberg Pinto, e dizia-lhe que se tivesse oportunidade de passar o dia nesta tribuna, ele teria vários e vários argumentos para fazer um comparativo – e encontrar um resultado altamente positivo – entre aquilo que vem sendo feito no Brasil a partir do governo do presidente Luiz Ignácio Lula da Silva com outros governos que se deram a partir da interrupção do processo democrático em nosso País com o golpe de 1964.

Este governo levou milhares de pobres a alcançarem um patamar de rendimento e uma situação bastante diferenciada em relação àquilo que eles presenciaram em outros momentos de sua vida.

Este governo lançou o maior programa assistencial atualmente executado no mundo, que é o Programa Bolsa Família. Este governo lançou o Programa Luz para Todos, que faz com que 90% da população rural, hoje, sejam atendidos por energia elétrica.

Lembro-me bem, Sr^a Presidente, de que tínhamos um déficit inicial na Bahia, até por falha do IBGE, para o qual tínhamos 368 mil famílias na zona rural que não faziam uso da energia elétrica em nosso Estado. Hoje, o governo federal, junto com o governo da Bahia, já realizou mais de 520 mil ligações elétricas na zona rural do nosso Estado, o que nos fez alcançar um patamar superior a 90% de atendimento elétrico na zona rural em nosso País.

Este governo estendeu, só em nosso Estado, de uma para 5 as universidades federais. Já se discute agora a Universidade Federal da Chapada Diamantina, e um embrião de discussão já se inicia em relação à Universidade Federal do Nordeste da Bahia, produto de intervenção assertiva do governo Dilma Rousseff, com todo o apoio e o poder de articulação do governador Jaques Wagner em nosso Estado.

Este governo lançou o ENEM, sabendo das dificuldades que temos de incorporar todos os jovens da nossa rede pública que devem passar ao ensino universitário. Este governo coloca este País em novo patamar de respeito junto à comunidade internacional. Assim também, Sr^a Presidente, para nosso orgulho, tem sido no Estado da Bahia

Estado da Bahia que vem experimentando um crescimento em todas as áreas, seja na área de infraestrutura, em que nunca se construiu tanta estrada, nunca se recuperou tanta estrada, são mais de 7 mil quilômetros de estradas asfaltadas ou pavimentações recuperadas a partir do primeiro governo do nosso companheiro Jaques Wagner.

Este governo gerou, em apenas 7 anos, quase o quádruplo de empregos daquilo que foi gerado em governos que ficaram no poder na Bahia durante 16 anos. Um governo que atacou um dos maiores problemas enfrentados pela Bahia em todos os tempos, que foram e continuam sendo os períodos de estiagem, investindo mais de R\$ 4 bilhões em recursos hídricos, construindo cisternas, abrindo poços artesianos, aguadas, barragens, processo de distribuição de água, saneamento básico em nosso Estado.

Governo que constrói quatro hospitais estaduais, governo que lançou o Topa. O analfabetismo era e ainda é uma grande chaga na Bahia. Um Estado que tem cerca de 13 milhões de habitantes e que possuía uma população analfabeta de 2 milhões de adultos. Isso é inadmissível!

Já alfabetizamos mais de 1 milhão e 200 mil pessoas em nosso Estado. E com a continuidade de nosso governo, levaremos esse número a um número insignificante, e poderemos dar a alfabetização como algo universalizado em nosso Estado. Orgulhamos muito participar, ser companheiro de luta, de empreitada e de história do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, da companheira Dilma Rousseff e do nosso companheiro Jaques Wagner, e atingir esse patamar de desenvolvimento, seja na área econômica, seja na área social.

Repeto, com muito orgulho, que deixaremos um legado imaterial para o povo da Bahia, que muitos não mais acreditavam, que é viver realmente uma Bahia livre, democrática, em que os recursos são aplicados nas cidades e regiões sem se buscar a coloração política ou ideológica de qualquer governante municipal. Louvamos aquilo

que vem sendo feito e trabalhado.

Temos, realmente, de dar razão à Oposição. Porque ser Oposição, muitas vezes, é colocar defeito onde não há. Não podemos dar razão a ataques midiáticos que vêm de uma mídia, muitas vezes, açodada, apressada, que não presta a atenção e não reflete sobre os fatos.

Temos a dignidade e a coerência de dizer que cremos, inclusive como cidadãos brasileiros, que deve haver algumas distorções administrativas na maior empresa brasileira e uma das maiores empresas do mundo, que é a Petrobras. Mas não podemos aceitar o achincalhamento dessa empresa, não podemos aceitar as tentativas de desmoralização dessa grande empresa. Daí eu ter intitulado essa fala das oposições como o lamento de um sucesso. É se lamentar o sucesso do maior empreendimento brasileiro de todos os tempos.

Vamos lembrar o que era a Petrobras. Uma empresa importante, mas que hoje se encontra num patamar de importância na área da produção de petróleo, de gás e de biodiesel em que não se encontrava tempos atrás. Temos a certeza de que seguiremos adiante. Temos a certeza de que o povo da Bahia, o povo do Brasil saberá reconhecer que aquilo em que se avançou não pode retroceder.

Era esse o meu pronunciamento, Sr^a Presidente. Mais uma vez quero dizer: é verdade, hoje se lamenta um grande sucesso!

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMDB-PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Sr^a Presidente, falarei por todo o tempo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, trago a esta tribuna uma informação muito grave que tive no dia de ontem. Claro que preservarei a fonte, mas traz um retrato muito claro da situação da segurança pública no Estado da Bahia.

Não é de hoje que nós da Oposição alertamos o governo e cobramos das autoridades ações, respostas e atitudes para enfrentar este que é o maior problema do nosso Estado – e que só faz se agravar dia após dia.

O governo tem em seu currículo duas greves da Polícia Militar. Além das perdas de vidas, além de momentos de pânico da população, essas greves trouxeram enormes prejuízos para as pessoas e para a economia do nosso Estado.

Sr^a Presidente, o governo não consegue restabelecer um clima de confiança com a Polícia Militar. Existe um total esgarçamento dessas relações: o governo enxerga a Polícia com desconfiança, e a Polícia enxerga o governo como um adversário. E o pior, Sr^a Presidente, parece que o governo não aprende nunca ou então não quer aprender nunca.

Sr^a Presidente, tive a informação de que toda a estrutura da Secretaria da Segurança Pública, todo o aparato da inteligência da Polícia Civil, inclusive os monitoramentos que esperamos que sejam realizados com a devida autorização judicial, todos eles estão hoje voltados unicamente para o monitoramento da Polícia Militar do Estado da Bahia.

Deputado Deraldo Damasceno, foram suspensas todas as investigações em andamento neste Estado. As investigações das quadrilhas de traficantes, de assaltantes, de ladrões de cargas, de grupos organizados para a corrupção, enfim, todas essas investigações que estavam em andamento em nosso Estado foram paralisadas, foram interrompidas porque agora a prioridade do governo é monitorar, é fiscalizar a Polícia Militar, através das suas lideranças.

Vejam a que ponto nós chegamos. O governo da Bahia, ao invés de utilizar a sua energia para desbaratar as quadrilhas que, diariamente, trazem o pânico para a nossa sociedade... O governo, que deveria se dedicar para desbaratar os canais que irrigam o tráfico de armas e drogas no nosso Estado, interrompe, paralisa essas investigações para investigar, monitorar e fiscalizar a Polícia Militar do Estado da Bahia. Vejam a que ponto nós chegamos!

Vejam se, numa situação como essa, é possível que as relações sejam restabelecidas! O governo, que fez um acordo com os líderes da Polícia Militar para que a última greve não continuasse, descumpriu esse acordo no dia seguinte. Aliás, descumprimento de acordo por parte desse governo não é exceção, mas a regra.

O governo, Sr^{as} Parlamentares, Srs. Parlamentares, insiste em um caminho que não é possível que ele não saiba qual o resultado alcançará. Quando o governo é questionado a falar dos incríveis índices de criminalidade do nosso Estado, quer fazer a população crer que esse é um problema nacional e que, portanto, é insolúvel, se esquecendo o governo de dizer e de assumir que, hoje, a Bahia é o Estado com o maior índice de assassinatos do nosso País. Parece que o governo acha isso normal, acha isso natural. O governo vem, aqui, fazer comparações absurdas de número de coletes e de carros alugados. O que isso adianta, se, dia após dia, acontece um verdadeiro extermínio dos nossos jovens, a grande maioria negros, pobres e moradores das periferias das nossas cidades? E o governo fica estático, impassivo! Parece que já jogou a toalha, deputado Euclides Fernandes, que já reconhece que perdeu essa batalha, e, agora, concentra as suas poucas energias para monitorar e investigar a própria Polícia Militar do Estado da Bahia.

Eu tive a oportunidade, Sr^a Presidente, de participar das negociações que foram travadas nesta Casa, no dia seguinte à decretação da greve da Polícia Militar, e sou testemunha de que nenhum dos líderes ali presentes, inclusive o líder Marco Prisco, estava ali desejando incentivar a greve. Todos estavam ali com o firme propósito de buscar uma saída, uma solução negociada para tentar diminuir o clima de insatisfação e revolta da tropa, que mais uma vez foi enganada, iludida por um governo que não se cansa de prometer, prometer, prometer, e não realizar, Sr^a Presidente!

É por isso que este governo, que tanto promete mas pouco realiza, começa a sentir nas ruas e nas praças públicas um sinal bem claro da população, Sr^a Presidente.

Onde quer que cheguemos ouvimos: “Fora PT! Chega de PT! Fora PT!” É isso, Srª Presidente, que nas eleições de outubro ecoará por todos os rincões da nossa querida Bahia, que não querem e não aceitam mais um governo de mentira; que não querem e não aceitam mais um governo do faz de conta; que não querem e não aceitam mais um governo da propaganda. Mas querem ver esta querida terra reencontrar o caminho do progresso, do desenvolvimento, da paz, da justiça social e, acima de tudo, da verdade, Srª Presidente. Tratar o povo da Bahia falando a verdade, Srª Presidente! É isso que o nosso povo espera. É essa revolta que se expressará nas urnas no mês de outubro.

O Sr. Euclides Fernandes:- Um aparte, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Ouço V.Exª, deputado Euclides Fernandes, com muito prazer.

O Sr. Euclides Fernandes:- Peço vênica a V.Exª, meu distinto e queridíssimo deputado estadual presidente do DEM, uma figura extraordinária com atuação brilhante aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e que com a graça de Deus deverá compor a Câmara Federal em 2015, pois é um pré-candidato a uma vaga lá, para discordar do seu pronunciamento.

Contra os dados não existe possibilidade de contestação. A realidade que se tem hoje, no que diz respeito às eleições estaduais de 2014, é que o pré-candidato da base aliada do governador Jaques Wagner, formada pelo PT e por vários outros partidos fortes e bem estruturados na política do Estado da Bahia, recebe o apoio de 356 prefeitos baianos.

Além disso, V.Exª faz parte de uma Casa política, esta Assembleia Legislativa, e sabe que dos 63 deputados estaduais 46 apoiam o pré-candidato da base aliada do governador Jaques Wagner, o Rui Costa. O senhor também sabe que dos três senadores do Estado da Bahia dois o apoiam. Apenas a senadora Lídice da Mata, porque é candidata a governadora do Estado, não vai apoiar o pré-candidato da base aliada de Jaques Wagner. Se não fosse candidata, estaria também apoiando Rui Costa.

Digo ainda a V.Exª que também o atual governo e o vice-governador Otto de Alencar formam a musculatura da qual está constituída esta base aliada liderada por este grande governador Jaques Wagner. Ela está forte e poderosa. Nós acreditamos piamente nesta candidatura de Rui Costa, meu caro deputado estadual Paulo Azi. Sou fã da sua postura política e acredito que V.Exª vai para a Câmara Federal. Mas não tenho dúvida de que o pré-candidato da base do governador ganhará as eleições em primeiro turno, com a graça de Deus e pela vontade do povo da Bahia.

O Sr. Paulo Azi:- Agradeço-lhe, deputado Euclides Fernandes.

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado, por gentileza.

O Sr. Paulo Azi:- Veja só: V.Exª diz que o seu candidato vai vencer as eleições porque tem 356 prefeitos que o apoiam, 46 deputados estaduais, dois senadores e 30 deputados federais. Agora, deputado Euclides Fernandes, o senhor esqueceu de citar o povo. V.Exª esqueceu-se do povo. Não é prefeito, deputado e senador que vão eleger o futuro governador. Quem vai elegê-lo é o povo, deputado. E o povo em todos os cantos da Bahia só diz uma coisa, deputado Euclides Fernandes: “Fora PT! Chega

de PT!” Queremos nossa Bahia de volta falando a verdade, de forma sincera, no caminho do desenvolvimento, do progresso e da justiça social.

Tenho muito respeito pelo senhor, um grande parlamentar de Jequié. Torço pela sua reeleição e sei que V.Ex^a haverá de contribuir para o nosso futuro governo.

Agradeço-lhe.

Muito obrigado também, deputada Maria Luiza Laudano.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Temos a honra de receber em nossa Assembleia Legislativa, a Casa do Povo e logicamente dos senhores e das senhoras também, a visita dos estudantes da Faculdade Baiana de Direito. Parabéns a todos vocês! Que vocês realmente procurem, de toda maneira, formar-se para desenvolverem o seu trabalho com eficiência para o nosso povo da Bahia.

Com a palavra o Líder da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar orador, por 11 minutos.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Sr^a Presidente, falará por todo o tempo o deputado Sargento Isidório.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Sargento Isidório, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, senhores que nos ouvem, queridos estudantes futuros juristas, juízes e promotores que farão parte do mundo do Direito, assim como desembargadores, ministros e ministras do Supremo Tribunal, sejam muito bem-vindos a esta Casa. Vocês a honram com suas presenças porque são o maior patrimônio de uma nação. Os estudantes e a juventude têm a força.

Sr^a Presidente, gostaria mais uma vez de afirmar o que está escrito no Salmo 91, que diz: “Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará. Diremos que o Senhor é o nosso Deus, o nosso refúgio, a nossa fortaleza e Nele confiaremos.” E o versículo 7 diz: “Mil cairão ao nosso lado e 10 mil à nossa direita, mas não seremos atingidos.”

Foi assim que fui sentar no Tribunal na semana passada, depois de quase 8 meses de agonia, de promessa de cassação do meu mandato, de ameaças por todos os lados. Já até “se cantava a pedra” de que eu seria cassado na sexta-feira passada. Mas quem tem fé em Deus não tomba. Eu tinha a convicção que Deus pelejaria por mim, e que teria Deus debaixo de suas mangas advogados competentes para defender a minha causa ali, no Tribunal Regional Eleitoral, onde fui julgado.

E para a Glória de Deus, os juízes, os magistrados deram vazão à luz Divina e permitiram que suas conclusões fossem iluminadas por um Deus que está acima de tudo e de todos, pois é o Deus de que falo, para eu ter ganhado de 7 a 0 contra o meu adversário. Por unanimidade, fui mantido deputado nesta Casa.

Eu não estava sendo julgado por corrupção, tráfico de droga, por qualquer tipo de ilícito. Estava sendo julgado por defender a minha fé, por continuar defendendo a família tradicional, a família que os católicos defendem, que evangélicos defendem,

que os espíritas defendem e os amigos das religiões de matrizes africanas defendem, que é a família de Deus composta por macho e fêmea, como está no Livro do Gêneses, quando diz o Senhor Deus: “Deus criou macho e fêmea, homem e mulher, e os abençoou”.

Então, como pastor evangélico, tenho o direito de me pronunciar na Bahia, no Brasil e no mundo inteiro contra o novo modelo de família que tentam imprimir à nossa sociedade, muito embora respeite todas as minorias, e continuarei respeitando. Respeito, inclusive, os direitos estranhos, porque, para mim, sempre será estranho homem deitar com homem e mulher deitar com mulher. É meu direito.

Até porque os mais antigos, lá na roça, e aqui, também, nas periferias, aprenderam com seus pais, que não tiveram o mesmo direito de estudo que, hoje, têm os estudantes, que “homem com homem dá lobisomem e mulher com mulher dá jacaré”.

Se eu tivesse perdido o mandato por defender a verdadeira família de Deus, composta de macho com fêmea, homem com mulher igual a filhos! Mulher com vagina, homem com pênis... Não esse tipo esquisito de família malfadada, inventada, de fantasia, em que mulher se diz homem e quer usar silicone, borracha, dedo; em que o homem quer ser mulher e corta, castra seu pênis, faz uma cratera e quer chamar de vagina.

Homem nunca será mulher, Sr^a Presidente, mulher nunca será homem. Pode ser gay, gaya, bicho, bicha, mas o que Deus faz é perfeito.

Ah, mas o delegado agora é delegada! Ele é delegado.

Ah, mas ele agora tem vagina! Ele não tem vagina, ele tem cratera, um buraco, e, inclusive, está dando sorte por não morrer de infecção.

Jamais vou chamar homem de mulher.

Se tivesse perdido o mandato, ainda tenho os pulsos para colocarem algemas, ainda tenho pescoço para a guilhotina.

Esta Nação não pode se curvar a uma ditadura gay. Esta Nação tem homens e mulheres que ainda se respeitam, esta Nação tem homens e mulheres, em sua ampla maioria, que sempre vão cultivar, respeitar a família tradicional, composta de homem mais mulher, igual a filho.

Se o delegado que cortou seu pênis, fez sua cratera, que se castrou fosse mulher, ele menstruaria. Foi isso o que eu disse na televisão: já que ele é mulher, o médico que fez a vagina deverá garantir a menstruação mensal.

Não posso me calar quando assistimos a autoridades querendo apoiar aquilo que não convém. É um direito das minorias, mas, como diz Agnaldo Timóteo: “Se alguma mulher se inflamou com outra, quer fazer seu sabão, quer botar aranha com aranha, que faça nos seus recônditos, nos seus escondidos, nas suas intimidades, e não estar querendo morder mulher com mulher na praça pública, desrespeitando nossas crianças e adolescentes”.

Se homens resolveram se inflamar com homens, inclusive agachando-se uns para os outros, fazendo sexo com coliformes fecais, é direito deles, pois vivemos numa democracia. Mas não podem vir para as praças públicas, não podem querer

invadir os ambientes coletivos, desrespeitando nossas crianças e famílias, nossos casais de Deus, que são compostos por homens e mulheres.

Costumo dizer que sexo faz parte da intimidade. Nós, que temos idade, sabemos que sexo é para ser feito em quatro paredes.

Desde a Roma e a Grécia antigas já havia a boiolagem, já havia homossexualidade, mas o que estamos a assistir, hoje, é o iminente perigo de um heterossexual não poder andar nas ruas, porque meia dúzia de rapazes alegres estão implantando a ditadura gay. Dizem que todo mundo é gay, deputado é gay, juiz é gay, delegado é gay, coronel é gay, estudante é gay, todo mundo é gay.

Coisa nenhuma! Isso é conversa fiada. Esta Nação ainda está pautada na base bíblica, a Bíblia dos católicos, a Bíblia dos evangélicos, livro recepcionado pela maioria das pessoas, que também são eleitores.

Sou contra qualquer tipo de violência, seja física ou psicológica.

Na minha casa, onde moro no meio de 932 pessoas internadas para sair do crack, tenho hoje, Sr^a Presidente, 14 homossexuais recuperando-se das drogas. Eles me conhecem e respeitam a nossa casa. No meio de 133 mulheres que vivem lá, a partir de 9 anos, para sair das drogas, lamentavelmente, há 12 mulheres com esse problema do lesbianismo. Mas elas também respeitam aquela casa.

Então, não sou homofóbico, não sou violento. Homofobia é coisa de pessoas violentas. Entretanto, é um direito precípuo defender a minha convicção religiosa. Se eu fosse homofóbico violentaria pessoas.

Ainda ontem recebi em nosso gabinete – nosso porque é público e pago com o dinheiro público – dois homossexuais, com todo o respeito que lhes é devido.

Mas não podemos permitir que esta Nação faça um ordenamento jurídico só para gays. Em breve podem fazer um ordenamento jurídico para prostitutas, para quem quiser fazer sexo com cachorras, com cachorro, com jegue ou cavalo, para a zoofilia.

Precisamos moralizar nossa Nação. Somos pobres, carentes, mas temos a nossa dignidade. Não podemos aceitar que a grande mídia, a Rede Globo – que já está no Judiciário, porque dei entrada em uma ação contra ela – transforme nossas casas em Casa da Luz Vermelha. Que faça suas novelas violentas e promíscuas, mas transmita em horário adequado. O que estou brigando é que não passem os seus quadros eróticos e abomináveis no horário de 7 ou 8 horas da noite quando as nossas crianças e os nossos adolescentes ainda estão nas salas, porque nenhum pai, em perfeita consciência, vai fazer com que os seus filhos se recolham aos quartos antes de 9 horas da noite.

Portanto, para concluir, Sr^a Presidente, quero continuar clamando ao Deus Pai Todo-Poderoso, o Deus dos evangélicos, o Deus dos católicos, o Deus de todas as religiões, que tome conta da nossa Nação e não permita que seja criado e ampliado o casamento gay, porque homem com homem não faz filho, mulher com mulher não faz filho. Se se começar casando homem com homem e mulher com mulher...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado, por gentileza.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- (...) daqui a alguns anos, nós veremos uma ruma de maracujás ambulantes e nenhuma criança na rua.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado, para concluir, por gentileza.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Respeitem a família tradicional.

Agradeço a todo o Judiciário baiano pela sentença favorável à manutenção do meu mandato. Agradeço a todos os deputados...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- (...) e a todos os cidadãos baianos que torceram por mim.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Sr^a Presidente, dividirei o tempo com o deputado Álvaro Gomes e falarei no horário do PSD.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Kelly pelo tempo de até 6 minutos.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, colegas da imprensa, aliás, Tribuna da Imprensa, quero saudar aqui os estudantes que vieram prestigiar e assistir a uma sessão da Assembleia Legislativa.

Cumprimento, aqui, o deputado Sargento Isidório. Quero parabenizar o deputado Sargento Isidório pela vitória obtida por ele na troca de partido em que estava sendo vítima numa ação judicial de infidelidade partidária. Ele trocou de partido ao ir para o PSC, seguindo a sua lógica, o seu caminho de buscar um partido que tivesse afinidade com o seu ideal de vida. Ele saiu do PSB para o PSC.

Quero dizer aqui que todas as palavras ditas pelo Sargento Isidório, em seu pronunciamento, não refletem o pensamento desta Casa Legislativa. Nós respeitamos o vosso pensamento. Mas há de se respeitar a diversidade. Há de se respeitar as pessoas. E há de se respeitar o Parlamento acima de tudo.

Não dá para subir a esta tribuna e fazer de conta que, aqui, há pessoas que não têm noção do que se está falando. Não é possível que, aqui, possamos ouvir, Sargento e colega deputado, um pronunciamento que depõe contra todos nós.

Eu respeito a posição de V.Ex^a. Todos nós a respeitamos. Mas é preciso ficar claro que, em certas palavras, o senhor ofende não apenas os colegas, mas a sociedade no Brasil e no mundo moderno, no mundo em que respeita a diversidade, no mundo em que respeita os direitos humanos e exige os direitos humanos.

Hoje, toda a imprensa anuncia que a apresentadora Rachel Sheherazade, do jornal do SBT, está fazendo justiça com as próprias mãos. É dizer: “Ah, esse acorrentado, aí, tem de ser torturado.” Aí, hoje, todo mundo se acha no direito de fazer justiça com as próprias mãos. Não é bem assim.

Então é o mesmo sentimento que fica quando se ouve um pronunciamento como esse aqui. Na verdade, fiquei como se todos nós estivéssemos aqui assistindo a uma aula que não foi de orientação sexual, mas de uma pornografia de baixo nível. Permita-me e perdoe-me. Mas foi assim que ficou muito claro...

(O Sr. Pastor Sargento Isidório manifesta-se fora do microfone.)

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Se o senhor respeitasse, não usaria as palavras que usou neste momento como deputado nesta Casa. Eu saúdo e parablenizo V.Ex^a por ter conquistado o mandato. Siga a sua linha. Nós respeitamos a sua defesa aos evangélicos e a sua luta em dizer não à homossexualidade.

Mas esta é uma Casa plural, é uma Casa que respeita a diversidade, é uma Casa que respeita todas as crenças, todos os credos e todas as orientações. E é assim que deve ser o Parlamento.

Era isso o que eu queria dizer.

Agradeço a presença da comunidade estudantil aqui presente, da comunidade acadêmica, porque, com certeza, ficou uma sensação aqui de que as palavras do deputado Sargento Isidório são o pensamento que esta Casa age dessa forma. Não é. Cada um aqui tem o seu posicionamento. Nós respeitamos e eu o respeito como ser humano, como deputado, como sargento, como pastor, mas, acima de tudo, este Parlamento se constitui pela sua diversidade, pelo respeito a sociedade, pelo respeito às leis, e acima de tudo, pelo respeito às pessoas que compõem este Poder Legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas nas galerias.)

(Não foi revisto pelo oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr^a Presidente, eu gostaria, já que fui citado, de dizer à Sr^a Deputada Kelly Magalhães que censura é coisa dos tempos nebulosos da ditadura. E eu muito me admiro que ela, com tantos assuntos para tratar, inclusive da região dela, aproveite a tribuna para censurar deputado que tem este estilo de trabalho. Tenho dentro de casa, e ela sabe disso, quase mil pessoas que vêm, de todas as áreas da Bahia, tratarem-se do vício de drogas gratuitamente. Ela sabe que sou contra qualquer tipo de violência. Ela está falando por ela, porque nesta Casa temos ampla maioria que respeita a família tradicional. E é um direito, quando sobe um deputado ali que defende o grupo gay, o homossexualismo... Eu nunca usei da tribuna para censurar nenhum colega deputado ou deputada. Ela precisa entender que, do mesmo jeito que ela chegou aqui, com prerrogativa do voto, eu cheguei também. E eu tenho direito da prerrogativa.

Então, não desrespeitei ninguém. Acabei de dizer que recebo, inclusive no meu gabinete, jovens homossexuais que vão fazer entrevista comigo. Não tenho nada

contra essas pessoas mas contra a prática. E não faço defesa de evangélicos. Faço defesa de cristãos, que são católicos e evangélicos que não concordam com esse tipo de coisa que estão tentando implantar, ditar na nossa sociedade.

É um direito ela defender a minoria dela. Espero que ela não seja, inclusive, corporativista nisso. Agora, é meu direito e não gostaria de ser censurado por ela e nem por nenhum outro deputado. Repeito todos nesta Casa, não pode ser diferente. Esta é uma Casa plural, é uma casa dos debates.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Conclua sua questão de ordem, Sr. Deputado, há um orador na tribuna.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Acabei de passar por um conselho, por uma Casa do Judiciário, por juízes legítimos para me julgar, e fui absolvido por unanimidade. Não seria a deputada que, mesmo na defesa daquilo em que acredita, estaria tentando me ofender.

Está concluído, a não ser que eu tenha necessidade de voltar novamente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Retorno a palavra a V.Ex^a, deputado Álvaro Gomes, sem prejuízo do seu tempo de 6 minutos.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Deputado Álvaro Gomes, queria solicitar do tempo de V.Ex^a 1 minuto só para esclarecer, não estou pedindo questão de ordem, para dizer ao deputado Pastor Sargento Isidório que, em nenhum momento, fiz repreensão da sua ação aqui. Muito pelo contrário. Reafirmo que esta Casa é uma Casa plural e que não lhe dá o direito de usar palavras de baixo calão, de pornografia como usou na tribuna desta Casa. Esta Casa respeita todas as diferenças, todos os credos, todas as religiões e as diversidades. E eu sinto que V.Ex^a, extasiado com a plateia que encontrou, exagerou na sua verborragia, que é comum como aqui todos sabem.

Mas só para esclarecer aos estudantes que aqui tem quem pensa diferente e quem respeita. Não sou de minoria nem de maioria. Sou deputada eleita da mesma forma que V.Ex^a, que está aqui para defender a liberdade de expressão, mas, acima de tudo, para respeitar este Parlamento.

O Sr. Pastor Sargento Isidório: - V. Ex^a nos lembra Satanás pregando na quaresma.

O Sr. Álvaro Gomes:- Pediria que marcassem os 6 minutos para que eu fazer uso da palavra.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado Álvaro Gomes, a deputada Kelly pediu um aparte a V.Ex^a, no seu tempo. Por favor, pode iniciar o seu pronunciamento.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nem comecei a falar ainda. Peço retornar o meu tempo, por favor.

Bom, Sr^a Presidente, demais deputados, queria informar que, efetivamente, esta é uma Casa plural, cada um tem um ponto de vista, cada um defende uma posição. Por exemplo, tenho mais de 300 projetos, e entre eles o que propõe o Dia Estadual Contra a Homofobia. Repito, esta é uma Casa plural e cada um tem o direito de falar

e de expor da forma que achar conveniente. O importante, o fundamental é respeitar as pessoas, respeitar a diversidade, a forma como cada um se comporta. Enfim, respeitar a liberdade de cada cidadão e cidadã.

Ao saudar os estudantes da Faculdade Baiana de Direito, devo dizer que é muito importante que vocês estejam aqui presenciando, participando e assistindo a esta sessão plenária. Evidentemente, o Parlamento não se resume a sessões plenárias, mas este é um momento importante, até porque vamos votar, hoje, alguns projetos, entre os quais o do Ministério Público e o do Tribunal de Justiça, além do requerimento de urgência para o projeto que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo. Portanto, é um dia importante. Reitero, a presença de vocês é fundamental para o Parlamento.

Mas, Sr^a Presidente, quero contestar, com todo o respeito, algumas informações que o deputado e Paulo Azi apresentou no seu discurso, quando criticou o nosso projeto e a segurança pública estadual. Eu falo da segurança pública e também da da violência com muita propriedade e tranquilidade, porque sempre falei. Tenho 10 anos aqui, estou no terceiro mandato, e desde o primeiro dia do meu primeiro mandato abordamos a questão da violência.

Diferentemente de alguns parlamentares que, em épocas anteriores, não falavam uma palavra sobre violência, uma palavra sobre segurança pública, e depois, com a vitória do governador Wagner, o tema principal deles passou a ser a segurança pública. No meu caso é diferente, pois eu já falava sobre a violência no meu primeiro mandato, quando o governador era Paulo Souto, e continuei falando no segundo e no terceiro mandatos. Falo, portanto, com propriedade, e tenho autoridade para tratar desse tema.

E queria dizer o seguinte: no período de 2000 a 2005, que não foi do governo Wagner, tivemos o maior crescimento de violência no nosso País. Em Salvador, o número de homicídios cresceu 249%, foi o maior crescimento de todas as capitais do Brasil, disparadamente, e não era governador Jaques Wagner.

Essa tendência continuou e tivemos o crescimento da violência, mas não tanto quanto o que ocorreu de 2000 a 2005. Depois houve uma certa estabilidade, E hoje existe, efetivamente, um número de homicídios bastante alto na Bahia e no Brasil.

No Brasil, em 1980, o número de homicídios situava-se na faixa de 11 mil; em 2002, aumentou para 51 mil. Saiu de 11 mil para 51 mil homicídios ao ano. A partir de 2003, já no novo governo, numa nova situação, esse número de homicídios teve uma leve queda: de 51 caiu para 49, 48, 46; depois voltou para 48, 50. Enfim, situou-se num patamar extremamente elevado.

Mas não podemos nem devemos analisar essa questão da violência de forma superficial; temos de buscar as suas raízes. E hoje estamos observando as consequências do passado, porque a violência não é algo que aparece de uma hora para outra, de um momento para outro, é uma construção histórica que tem reflexo ao longo dos anos, não naquele momento.

Portanto, estamos vivendo essas consequências agora. Precisamos de ações concretas não no sentido apenas repressivo, mas também no da melhoria das

condições de vida da nossa população, da criação de mais universidades, de mais escolas, de mais dignidade, de mais postos de trabalho, de mais solidariedade, para que possamos efetivamente combater a violência.

Então queria ressaltar que esse tema é extremamente complexo, preocupante, importante. Temos de analisar, repito, as raízes da violência. Não podemos agir superficialmente acusando, individualmente, uma ou outra pessoa, um ou outro governante.

Para concluir, Sr^a presidente, quero dizer que de 2000 a 2006 os governos anteriores investiram R\$ 6,450 bilhões na segurança; de 2007 a 2013, o governo Wagner investiu R\$ 16,570 bilhões em segurança. Vou repetir: os governos anteriores, de 2000 a 2006, investiram R\$ 6,450 bilhões na segurança. Já o governo atual, de Wagner, investiu, de 2007 a 2013, R\$ 16,570 bilhões em segurança.

E não é só isso, há um investimento em casa popular, em saúde, em educação, em projetos para reduzir a violência no nosso Estado, porque a violência tem de ser combatida com justiça social e com medidas repressivas, sim, mas priorizando a justiça social, acima de tudo.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Falarei por 5 minutos, inicialmente, e o deputado Elmar Nascimento por 6.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre deputado Leur Lomanto Junior pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, deputada Kelly Magalhães, até porque sempre fui contra político, nesta Casa ou de uma forma geral, querer transformar em plataforma eleitoral discussões como as que foram tratadas aqui pelo deputado Sargento Isidório, gostaria de iniciar o meu pronunciamento abordando esse tema.

Acho que nos cabe respeitar todas as opções sexuais, religiosas, etc., de cada um ou de cada uma aqui neste Parlamento. Mas, daí querer usufruir desses assuntos meramente para transformar isso em política eleitoral, deputado Isidório, eu não concordo. Acho que cabe a nós respeitar a individualidade de cada um e a bandeira política de cada um. É uma opinião pessoal, nada contra quem o faz, mas gostaria de externar essa minha opinião.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero dizer que, no próximo sábado, 10 de maio, teremos uma visita à cidade de Jequié da chapa majoritária, dos pré-candidatos a governador, Paulo Souto, a vice-governador, Joaci Góes, e a senador da República, Geddel Vieira Lima. Vai ser importante essa visita para os pré-candidatos a deputado federal e a estadual, os quais, sem sombra de dúvida, irão prestigiar esse evento em Jequié, para conhecer a realidade política e administrativa em que vive nossa região.

Deputado Adolfo Viana, a região de Jequié se encontra completamente abandonada. Eu passei esse final de semana lá e vou relatar o estado das estradas estaduais. Tanta propaganda em rádios, jornais, televisão, mais de sete mil quilômetros de estradas recuperadas em toda Bahia... Mas é como vem dizendo o nosso pré-candidato a senador: é a propaganda da TV ou aquilo que a gente vê? O deputado Euclides, que é da região de Jequié, votado em vários municípios de lá, passa muito pela estrada que liga Ipiaú a Itagibá e a Dário Meira, uma estrada estadual, deputado Bira Corôa, que também conhece aquela região, que está completamente intransitável. E, aí, vai de encontro à propaganda do governo do Estado, que diz que recuperou 7 mil quilômetros de estradas por toda a Bahia.

Eu queria convidar os deputados que não a conhecem para irem lá. Passei lá por essa estrada, deputado Euclides, V.Ex^a, que anda pela região, passei pela estrada que liga Ipiaú a Itagibá e a Dário Meira e, para os senhores terem uma noção do abandono em que se encontra a região de Jequié... E se for falar exclusivamente da nossa querida cidade de Jequié, ora, eu não sei se houve um governador tão ruim para Jequié como Jaques Wagner.

Promessas de campanha desde 2006 foram inúmeras feitas pelo governador: construção de uma ponte ligando o bairro de Jequiezinho ao Mandacaru... Não há uma nova grande indústria instalada por este governo na cidade de Jequié. O aeroporto, completamente abandonado. O Hospital Prado Valadares já não suporta mais a demanda de toda uma região, e não foi construído um novo hospital, que era um anseio da população. A autonomia da nossa universidade, com a criação da Unef, promessa feita pelo governador Jaques Wagner, que também não foi cumprida.

Então, Sr. Presidente, para concluir, no sábado estaremos lá com a chapa vitoriosa, com o nosso governador Paulo Souto, vice, Joaci Góes, e para senador, Geddel Vieira Lima, para mostrarmos a eles a real situação em que se encontram Jequié e nossa região.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento...

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, faremos uma substituição do deputado Elmar pelo deputado Carlos Geílson.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estamos vivendo um momento de muita preocupação no Estado da Bahia. A violência toma conta do nosso Estado e o governo Jaques Wagner perdeu, infelizmente, essa luta, esse combate. E perdeu de forma fragorosa, sofreu uma derrota gritante, acachapante para a violência, para o crime organizado.

E o que mais nos chama a atenção, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, é que o governo vive um processo de absoluta letargia. O governo não sai para o

enfrentamento, acomoda-se, agacha-se diante da violência que estamos vivenciando neste Estado.

Meu caro deputado Capitão Tadeu, um homem entendido em segurança pública, chamo V.Ex^a a fazer uma reflexão: o que fazer?

Não podemos é ficar de braços cruzados. Não podemos aceitar tudo como se fosse normal, com famílias sendo dizimadas. Cada dia é uma agonia, uma preocupação, um choro, uma lamentação. E não sinto o governo se interessar por esse enfrentamento.

Deus do Céu, eu viajo e fico a perguntar: meu Deus, o que se passa pela cabeça desse governador, de sua equipe da segurança? Um governo que tem um secretário operoso, trabalhador, isso não posso negar, mas lhe falta condições de trabalho. Não há enfrentamento à criminalidade com boa vontade. Nós temos que ter instrumentos para esse enfrentamento e o governo, infelizmente, fracassou, e tem fracassado.

O Orçamento para a segurança pública está muito aquém das necessidades deste Estado. Até quando vamos ler nos jornais notícias como as desse final de semana? E o governo vai dar resposta depois, prendendo, mas já é tarde demais.

E além dessa falta de estrutura do governo, esbarramos em outra questão da qual não podemos fugir ao debate: a impunidade. E é essa impunidade que tem gerado a violência.

Lá, em Feira de Santana, um criminoso invadiu o Hospital Geral Clériston Andrade e matou seu oponente que estava numa maca na enfermaria, levando o pânico e o desespero aos que lá se encontravam. Depois, foi preso e deu entrevistas nas emissoras de rádio, confessando que matou o adversário dele de apelido “Chocolate”. Ele debochou, deu entrevistas em tom irônico, dizendo que “comeu chocolate antes da Páscoa”. Quinze dias depois, estava solto.

Ora, ele atirou no rapaz, que, mesmo ferido, fugiu e deu entrada no hospital. Não satisfeito, o bandido invadiu a enfermaria do Hospital Geral Clériston Andrade e fuzilou o rival, acabou de fazer o serviço. Preso, disse em entrevistas às emissoras de rádio “que comeu chocolate antes da Páscoa”, que estava satisfeito pelo crime que cometera. Passaram-se 15 dias e ele foi liberado.

Nesse final de semana, poucos dias depois de sua liberação, foi fuzilado aqui, em Salvador, ninguém sabe por quem, se por adversários, por oponentes, não se sabe por quê.

Mas, é esta impunidade que gera a violência, que o governo, que tem a maioria no Congresso, tem que abrir a discussão: diminui-se ou não a maioridade penal nesse país de 18 para 16 anos! Vamos discutir abertamente, e não apenas dizer que não pode diminuir, que não pode abrir o debate, vamos debater com a sociedade organizada. O que nós não podemos é aceitar essa impunidade, é aceitar essa violência, menor de 14 anos matando, menor de 14 anos estuprando, roubando, de 15, 16, 17 anos, e nós vamos ficar como? Aceitando tudo de forma passiva e essa violência aumentando e aumentando? Famílias inteiras sendo vítimas dessa sanha desse momento que nos deixa, a todos nós, preocupados?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Portanto, governador Jaques Wagner, vamos sair da espreguiçadeira e vamos para a linha de frente combater essa violência que, infelizmente, nos deixa entristecidos, deixa os baianos acabrunhados e cabisbaixos com esses índices alarmantes que, infelizmente, constatamos que o governo perdeu a luta, perdeu o enfrentamento para o crime organizado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, por 5 minutos o deputado Álvaro Gomes e por 7 minutos o deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, eu falei aqui no início da sessão, mas agora nós temos mais deputados e eu queria só, mais uma vez, fazer um apelo aos deputados. Claro que essa questão é quase que uma unanimidade, nós já temos aqui muitas assinaturas, todos os partidos têm concordado com isso, e eu pediria só aos deputados que ainda não assinaram, se concordarem assinarem essa Moção de Apoio a Luiza Aparecida de Oliveira Lomba, que é desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho, e está concorrendo a uma vaga a Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, o TST .

A Desembargadora Luiza Lomba tem-se destacado pela sua postura ética, de cuidado com a questão da Justiça, de luta pelo acesso à Justiça, tem defendido de forma correta a sua função de desembargadora, e eu não tenho nenhuma dúvida de que a Bahia ganharia muito com a ida da desembargadora Luiza Lomba para o Tribunal Superior do Trabalho. Ela é uma baiana que concorre, nós temos no Tribunal Superior do Trabalho poucos ministros do Nordeste e seria mais uma oportunidade para que o Nordeste tivesse uma maior representação, lá no TST, porque hoje a maior parte da representação vem do Sul, do Sudeste. Os concorrentes mesmo dessa lista tríplice, salvo engano um concorrente é de São Paulo e outro é do Rio Grande do Sul.

Portanto, nós temos aí a baiana concorrendo, e eu pediria aos deputados que ainda não assinaram que assinem, eu estou circulando aqui com essa Moção de Apoio para ser enviada à Presidenta Dilma.

Eu também estou coletando assinaturas para uma PEC. E é uma Proposta de Emenda Constitucional que dá autonomia à Defensoria Pública. Portanto, já temos muitas assinaturas. Esta aqui pode gerar uma discussão maior. No caso da desembargadora, parece-me ser unânime, consensual. No caso desta aqui, há algum debate.

Mas acho importante a autonomia da Defensoria, o fortalecimento dessa instituição que realmente tem-se colocado ao lado dos que mais precisam. Então, àqueles que também desejarem isso - e ela se encontra aqui na minha mão -, eu agradeceria esse apoio.

Sr. Presidente, demais deputados, queria mais uma vez retornar à questão da

violência abordada desta tribuna pelo deputado Paulo Azi. Gostaria de contestar as questões colocadas aqui, discordar do enfoque dado ao assunto e dizer que esta é uma luta que devemos desenvolver conjuntamente. É uma preocupação de toda a sociedade. A violência hoje chega a uma situação que preocupa a todos nós.

Porém, sem dúvida nenhuma, é uma herança do passado que precisamos acabar desenvolvendo cada vez mais ações de justiça social, buscando atender para a segurança da nossa corporação e lembrando que são necessários tanto os procedimentos repressivos quanto os da própria justiça social. É fundamental combinar as duas coisas para que possamos efetivamente ter uma sociedade com paz. Mas a paz pressupõe inclusão e justiça social.

Sem justiça social, sem inclusão social, sem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) dúvida nenhuma, não há paz.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa, pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} e Srs. Servidores desta Casa, senhores visitantes, imprensa, faço uso da palavra neste exato momento primeiro para puxar uma temática que esperei que hoje fosse pauta dos debates e discussões nesta Casa. É exatamente a da condição do racismo implementado no esporte.

Ao longo dos últimos 3 meses, desencadeou-se no mundo inteiro uma onda de ações de racismo no esporte, em especial no futebol. Quero, Sr. Presidente, posicionar-me. Nesta terça-feira pela manhã tivemos uma audiência pública na Comissão Especial da Promoção da Igualdade, cujo tema foi exatamente o racismo no futebol. E ela foi aprovada na primeira reunião do Colegiado neste exercício de 2014, nobre deputado Carlos Geilson. Inclusive V.Ex^a contribuiu muito para essa aprovação.

Então, nesta data, tivemos oportunidade de fazer uma discussão mais profunda. Na última semana, a ação propagandeada nas grandes mídias brasileira e internacional em relação aos atos de Neymar e Daniel Alves - expostos pela atitude de ambos ao comer uma banana como uma espontânea resposta a mais uma agressão, a mais uma violência e a mais um ato de racismo - fez estourar aqui no Brasil e no mundo uma campanha tão antirracista quanto aquela contrária à escravidão e esta agora contra a discriminação sofrida por jogadores de futebol, inclusive Daniel Alves, elemento envolvido nesse processo.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o que me chama a atenção é que o racismo no esporte não é um fato novo. Já existe há séculos, basta dizer que no futebol brasileiro o primeiro clube a colocar no elenco jogadores negros foi punido e ficou dois anos sem poder disputar o campeonato carioca, na época o Vasco da Gama. Também o Bangu passou um ano penalizado por ter colocado no seu plantel negros. O Fluminense usou da estratégia de usar o pó de arroz para manter negros em seu

elenco e herdou o nome que perdura até hoje, exatamente porque quando o jogador começava a suar escorria o pó de arroz ...

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - Deputado, infelizmente a sessão terminou às 18h. Peço vênia a V.Ex^a, por questão regimental, porque sou obrigado a encerrar a sessão.

O Sr. BIRA CORÔA:- Está bem, Sr. Presidente, fico com o compromisso de encerrar o meu discurso num próximo momento.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Pois não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Antes de encerrar a sessão, gostaria de lembrar aos Srs. Deputados que a há uma sessão extraordinária a realizar-se 1 minuto após o encerramento desta, conforme anunciada anteriormente.

Declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*